

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DO
MATO GROSSO DO SUL



Fundação
Nacional
de Saúde

ROTEIRO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS

BRASILIA, 2014

SUMÁRIO

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL	Erro! Indicador não definido.
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	Erro! Indicador não definido.
Identificação da unidade jurisdicionada	Erro! Indicador não definido.
Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	Erro! Indicador não definido.
Organograma Funcional	Erro! Indicador não definido.
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Erro! Indicador não definido.
Executar ações relacionadas à Saneamento Básico na Suest	Erro! Indicador não definido.
Serviço de Saúde Ambiental	Erro! Indicador não definido.
Executar ações relacionadas à Saúde Ambiental na Suest	Erro! Indicador não definido.
Macroprocessos finalísticos	Erro! Indicador não definido.
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	Erro! Indicador não definido.
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	Erro! Indicador não definido.
Gestão de Convênios	Erro! Indicador não definido.
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	Erro! Indicador não definido.
2.1 Estrutura de Governança	Erro! Indicador não definido.
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna	Erro! Indicador não definido.
2.3 Sistema de Correição	Erro! Indicador não definido.
2.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	Erro! Indicador não definido.
Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	Erro! Indicador não definido.
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	Erro! Indicador não definido.
3.1 Canais de acesso do cidadão	Erro! Indicador não definido.
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	Erro! Indicador não definido.
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	Erro! Indicador não definido.
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	Erro! Indicador não definido.
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	Erro! Indicador não definido.
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	Erro! Indicador não definido.
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada	Erro! Indicador não definido.
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	Erro! Indicador não definido.
5.1 Planejamento da unidade	Erro! Indicador não definido.
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	Erro! Indicador não definido.
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	Erro! Indicador não definido.
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	Erro! Indicador não definido.
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Erro! Indicador não definido.
6.1 Programação e Execução das despesas	Erro! Indicador não definido.
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda	Erro! Indicador não definido.
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	Erro! Indicador não definido.
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	Erro! Indicador não definido.
6.5 Transferências de Recursos	Erro! Indicador não definido.
6.6 Suprimento de Fundos	Erro! Indicador não definido.
6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ	Erro! Indicador não definido.
6.8 Gestão de Precatórios	Erro! Indicador não definido.
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	Erro! Indicador não definido.
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	Erro! Indicador não definido.

7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	Erro! Indicador não definido.
8	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	Erro! Indicador não definido.
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	Erro! Indicador não definido.
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	Erro! Indicador não definido.
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros	Erro! Indicador não definido.
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	Erro! Indicador não definido.
10	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Erro! Indicador não definido.
10.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	Erro! Indicador não definido.
11	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	Erro! Indicador não definido.
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	Erro! Indicador não definido.
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	Erro! Indicador não definido.
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	Erro! Indicador não definido.
11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	Erro! Indicador não definido.
11.5	Alimentação SIASG E SICONV	Erro! Indicador não definido.
12	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	Erro! Indicador não definido.
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Erro! Indicador não definido.
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	Erro! Indicador não definido.
12.3	Conformidade Contábil.....	Erro! Indicador não definido.
12.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	Erro! Indicador não definido.
12.5	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	Erro! Indicador não definido.
12.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	Erro! Indicador não definido.
12.7	Relatório de Auditoria Independente	Erro! Indicador não definido.
13	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	Erro! Indicador não definido.
13.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	Erro! Indicador não definido.
II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.		
14	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO ESTADO DO CEARÁ (SUEST/CE)	Erro! Indicador não definido.
15	UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.5.2.1 – Programa Temático	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.3 – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2014-2012	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.4.1 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.4.2 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.5.1 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.5.2 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.6 – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.7 – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.8 – Comunicações à RFB	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.9 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.10 – Declaração de Situação Fiscal	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.7.2.11 – Ações de Fiscalização da RFB	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.8.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro A.6.8.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta	Erro! Indicador não definido.

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV ...**Erro! Indicador não definido.**

Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis**Erro! Indicador não definido.**

Quadro B.61.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício**Erro! Indicador não definido.**

Quadro B.61.2.1 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria**Erro! Indicador não definido.**

Quadro B.61.2.2 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência**Erro! Indicador não definido.**

Quadro B.61.3.1 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)**Erro! Indicador não definido.**

Quadro B.61.3.2 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício**Erro! Indicador não definido.**

Quadro B.61.4 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira**Erro! Indicador não definido.**

INTRODUÇÃO

A Superintendência do Estado de Mato Grosso do Sul, unidade descentralizada, diretamente subordinada a FUNASA Presidência, procura apresentar neste relatório as atividades desenvolvidas por suas áreas técnica no exercício de 2014.

Nesse exercício coube a esta Superintendência executar ações referentes aos planos e programas de trabalho estabelecidos pela Presidência deste Órgão , restando acompanhar os processos de natureza jurídica na área de jurisdição da Superintendência Regional; executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, com qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; e elaborar relatórios gerenciais e operacionais sobre as atividades desenvolvidas por esta Superintendência.

A elaboração deste relatório segue as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União por meio de suas Portarias e Normatizações, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação.

Sendo assim, elaboramos este Relatório de Gestão, que constitui uma das peças relativa à Prestação de Contas Anual dos Gestores Públicos do Poder Executivo Federal, que será submetido a deliberação do Tribunal.

**1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES
JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O
RELATÓRIO**

Identificação da unidade jurisdicionada

Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 304
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Estadual do			
Denominação Abreviada: Suest ...			
Código SIORG: 99999	Código LOA: 99999	Código SIAFI: 99999	
Natureza Jurídica: Vide relação no texto descritivo		CNPJ: 99.999.999/9999-99	
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de contato:	(099) 9999-9999	(099) 9999-9999	(099) 9999-9999
Endereço Eletrônico: funasa@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, Cep, Cidade e Unidade da Federação			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
99999			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
999999		99999	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999			

Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

MISSÃO INSTITUCIONAL

Missão - Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

Visão de Futuro - Até 2030, a Funasa, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

Valores: Ética; Equidade; Transparência; Eficiência, Eficácia e Efetividade; Valorização dos servidores; Compromisso socioambiental.

Competências

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão executivo do Ministério da Saúde, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças, assim como planejar e implantar ações estabelecidas pelo Subsistema nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos, reservas extrativistas e ribeirinhos.

Entre as inúmeras áreas de atuação destaca-se ações em sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos municípios com população até 50.000 habitantes, devendo ser destacado a atuação nas atividades integrantes do programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Desenvolve ações de Resíduos Sólidos diretamente com cooperativas e associações de catadores e implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos nos municípios abrangidos, com atividades que tem como meta a ampliação da área de cobertura dos serviços públicos no manejo dos mencionados resíduos, por meio de financiamento de Aterro sanitário, Construção de Galpão de triagem e aquisição de Veículos e equipamentos.

A Funasa presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental, com investimentos que visam intervir na infraestrutura dos municípios de até 50 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Engenharia de Saúde Pública

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a Funasa detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da Funasa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a Funasa está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

A Funasa está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da Funasa a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar ações estratégicas preventivas de saúde Ambiental para redução de riscos à saúde humana. Por meio do Programa de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA) busca apoiar estados e municípios no

desenvolvimento de ações, planos e políticas de controle da qualidade da água para consumo. Complementando as ações acima mencionadas e desenvolvidas pela área de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental, não há como deixar de ressaltar as ações em Educação em Saúde Ambiental, que vem a ser um conjunto de práticas pedagógicas e sociais (conteúdo técnico e científico), que visam estimular a participação, controle social e sustentabilidade socioambiental.

Organograma Funcional

Neste subitem, além do organograma oficial da UJ ou do contexto em que se insere a UJ vigente no final do exercício de referência do relatório de gestão, deve-se destacar as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão da UJ, sobre as quais devem ser informadas as principais competências, os titulares responsáveis com os respectivos períodos de atuação.

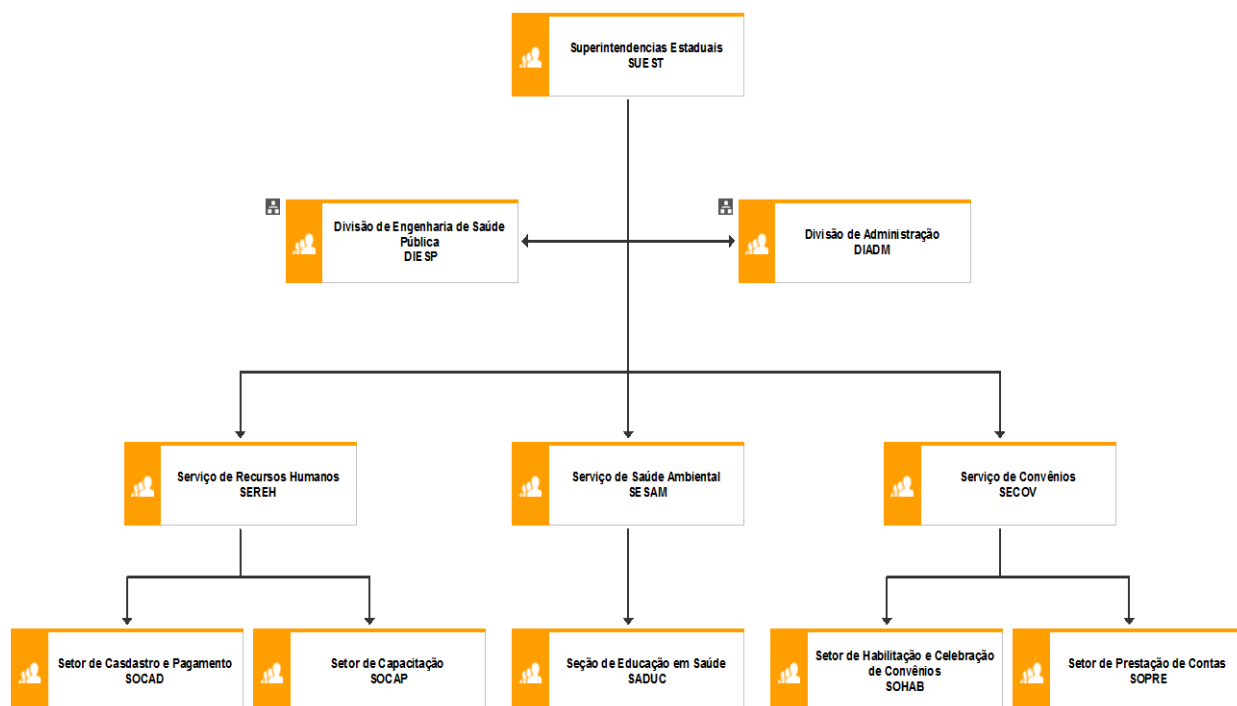
ORGANOGRAMA FUNCIONAL - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL

Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, o Regimento Interno da Funasa foi aprovado em 27 de fevereiro de 2014, pela Portaria do Ministério da Saúde nº 270/2014.

REGIMENTO INTERNO DA FUNASA - Portaria Ministerial nº 270/2014 - Ministério da Saúde

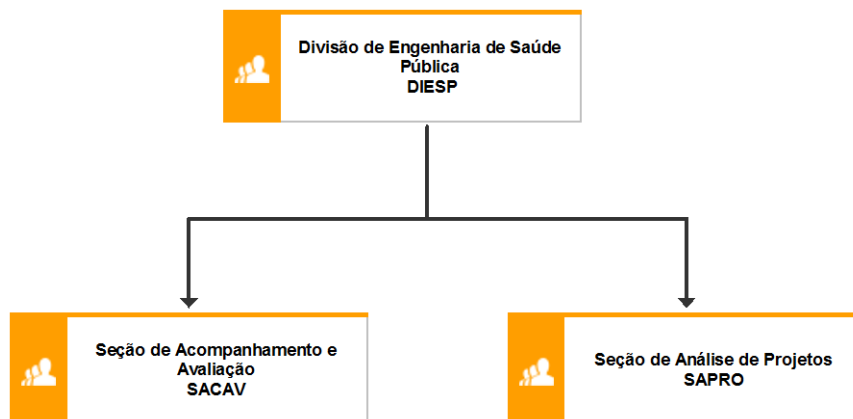
SEÇÃO IV - Das Unidades Descentralizadas

SUPERINTENDENCIAS ESTADUAIS - SUEST



Art. 83. Às Suest compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, nas suas respectivas áreas de atuação.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA - DIESP



Art. 84. Compete à Diesp:

- I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Suest;
- II - prestar apoio técnico a programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;
- III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;
- IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e
- V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Funasa;

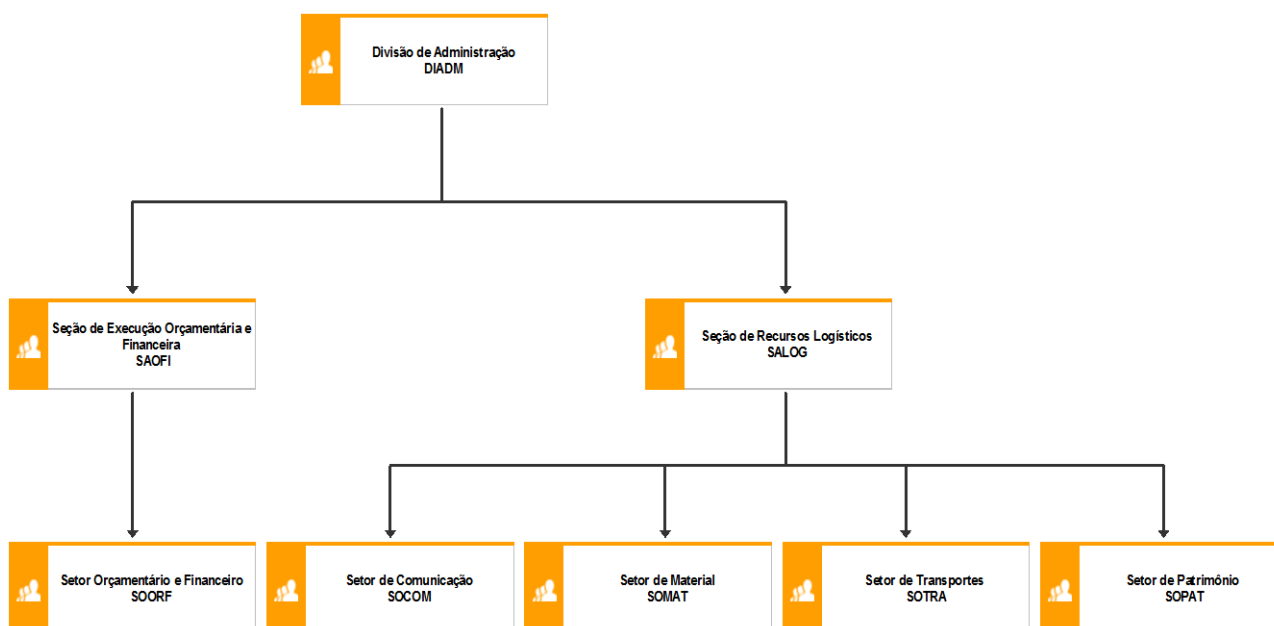
Art. 85. Compete à Sapro:

- I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados à área de saúde, bem como os relativos a obras nas edificações de uso da Funasa;
- II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e
- III - prestar cooperação técnica.

Art. 86. Compete à Sacav:

- I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Funasa; e
- II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas;

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - DIADM



Art. 87. À Diadm compete planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 88. Compete à Saofi:

- I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;
- II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Suest;
- III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Suest;
- V - elaborar, mensalmente a programação financeira;
- VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Suest;
- VIII - manter adimplência da Funasa junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e
- IX - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 89. Compete ao Soorf:

- I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;
- II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;
- III - executar as atividades de registro de conformidade documental;
- IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual.

- V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e
- VI - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo chefe da Saofi.

Art. 90. Compete à Salog:

- I - executar as atividades de apoio administrativo;
- II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;
- III - proceder à análise e ao acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;
- IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Suest; e
- V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 91. Compete ao Socom:

- I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, à classificação, à movimentação e à expedição de correspondências e arquivos; e
- II - proceder à análise, à avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 92. Compete ao Somat:

- I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;
- II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e
- III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

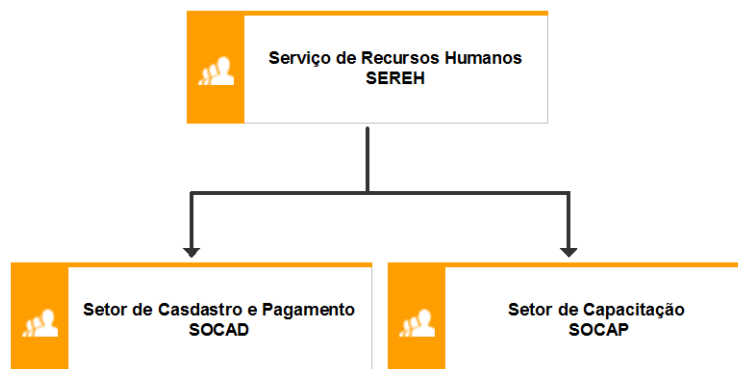
Art. 93. Compete ao Sotra:

- I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;
- II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e
- III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 94. Compete ao Sopat:

- I - executar as atividades de administração patrimonial;
- II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;
- III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e
- IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS



Art. 95. Compete ao Sereh:

- I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas pela unidade central da Funasa;
- II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;
- III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;
- IV - disponibilizar aos servidores informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;
- V - propor à Cgerh o Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e
- VI - promover, executar e monitorar as seguintes ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central da Funasa:
 - a) perícia médica;
 - b) promoção e vigilância à saúde; e
 - c) assistência à saúde suplementar.

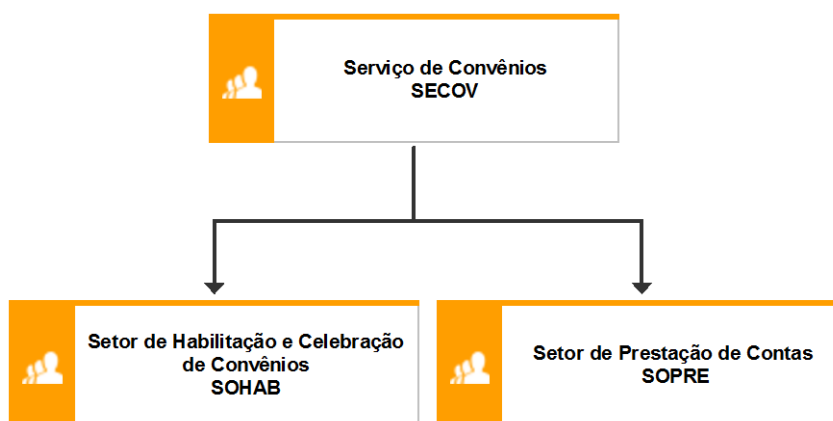
Art. 96. Compete ao Socad:

- I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;
- III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;
- IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;
- V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e
- VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 97. Compete à Socap:

- I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;
- II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;
- III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Funasa; e
- IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

SERVIÇO DE CONVÊNIOS



Art. 98. Compete ao Secov:

- I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos Centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;
- III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e
- V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela unidade central da Funasa.

Art. 99. Compete à Sohab:

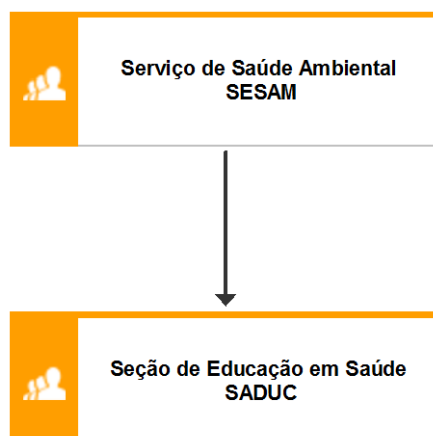
- I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;
- II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Funasa ou a órgãos externos;

- III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;
- IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e
- V - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 100. Compete ao Sobre:

- I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;
- II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;
- III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;
- IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;
- V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;
- VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;
- VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;
- VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;
- IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Funasa, bem como os resultados de suas análises;
- X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;
- XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e
- XII - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL - SESAM



Art. 101. Compete ao Sesam:

- I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Desam;
- II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por Estados e Municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;
- III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;
- V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e
- VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 102. Compete à Saduc:

- I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;
- II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;
- III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e
- IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Suest nas ações de sua abrangência.

As informações referentes às competências das áreas ou subunidades estratégicas que integram a estrutura da unidade jurisdicionada podem ser registradas no modelo proposto no Quadro A.1.3 ou em outra forma que a unidade julgar mais

eficiente para apresentação dos dados solicitados. **Alerta-se, entretanto, que não há necessidade de se relacionar as competências legais ou normativas das áreas, mas, uma descrição sucinta dos seus papéis na condução da missão da UJ.**

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas a Saneamento Básico na Suest	Simone T..Nakashita Fróes	Ag.Administrativo	
Serviço de Saúde Ambiental	Executar ações relacionadas a Saúde Ambiental na Suest	Antonio Carlos Vilharva	Guarda Endemias	
Serviço de Convênios	Executar e acompanhar as ações de Gestão de Convênios	Mirta Miranda Pereira	As.Administrativo	

Macroprocessos finalísticos

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	<p>Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.</p> <p>As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.</p>			
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e			

	<p>monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.</p> <p>No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.</p>			
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Com base em suas atribuições, foram identificados na Funasa três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios. Porém, os macroprocessos Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública e Gestão de Ações de Saúde Ambiental ainda não possuem seus processos mapeados.

1) Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública: Trata da proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.

As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.

2) Gestão de Ações de Saúde Ambiental: Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.

3) Gestão de Convênios: Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).

As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.

O mapeamento dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de "Gestão de Convênios", bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Modernização/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Deadm e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Os macroprocessos finalísticos mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>

2.1 Estrutura de Governança

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A FUNASA possui em sua estrutura uma Unidade de Auditoria Interna - AUDIT, que possui como competências, na forma do regimento interno da Instituição, o que se segue:

- I - acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas, bem como a execução dos programas de governo a cargo da Funasa;
- II - verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Funasa;
- III - **planejar, executar e acompanhar os trabalhos de auditorias preventivas e corretivas nos órgãos e unidades descentralizadas da Funasa**, inclusive nos entes responsáveis pela movimentação de recursos transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos similares;
- IV - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional; e
- V - promover a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais.

A AUDIT é um Órgão Seccional da estrutura da Presidência desta Fundação, com vinculação técnica junto à Controladoria Geral da União/CGU, sendo importante destacar que a Unidade de Correição da FUNASA também integra a Auditoria Interna. A Corregedoria – COREG é responsável por ações de prevenção e apuração de irregularidades que impliquem instauração e condução de procedimentos correccionais.

Portanto, as Superintendências Estaduais não possuem estrutura de auditoria interna, sendo da AUDIT a competência pelas ações de controle na forma do Estatuto e Regimento Interno da FUNASA e cabendo às Superintendências Estaduais o atendimento de recomendações emanadas da Unidade de Auditoria Interna e atendimento de diligências a elas direcionadas, bem como, por óbvio, zelar pelo cumprimento de normas e procedimentos afetos a cada área de atuação da SUEST.

Por fim, esclarecemos que a FUNASA não tem institucionalizado comitês de avaliações e, por sua natureza jurídica, não se utiliza de auditoria independente e não possui conselhos externos.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

2.3 Sistema de Correição

SISTEMA DE CORREIÇÃO

A UJ possui servidores capacitados e aptos para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial, bem como é garantido o suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa, além de que com a saída da Saúde Indígena da Funasa foram redistribuídos vários servidores à nova Secretaria Especial de Saúde Indígena, que eram utilizados com regularidade nas atividades correccionais. Apesar disso ao longo do 2º semestre de 2013 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correccionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº.229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos de regulamentação interna da Funasa.

Os principais resultados de 2013 destacam-se: **1º**- A descentralização da atividade de registro das atividades correccionais do sistema CGU-PAD da Corregedoria para as Superintendências; **2º**- Melhoria no controle da instauração da atividade correcional indicados preliminarmente pela Corregedoria qual o procedimento mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração na Corregedoria de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Implementação dos procedimentos correccionais no âmbito da Fundação e em especial a publicação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD pela Funasa através da portaria nº1.005/2013, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância e a capacitação de mais dois servidores da Suest sobre a utilização do sistema informativo CGU-PAD;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Público Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativa da Funasa:

Portaria nº 1.005, de 13/08/2013 – Dispõe sobre a Política de Uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correcionais;

Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correcionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativa da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

2.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Os processos disciplinares e investigativos foram cadastrados no sistema informativo CGU-PAD de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa até maio de 2013, localizada na sede da presidência da Fundação Nacional de Saúde em Brasília/DF. Mas atualmente a Superintendência Estadual possui dois servidores capacitados para registro das atividades correcionais instauradas no exercício de 2013.

Ressalta-se que os processos correcionais instaurados em 2006 até 2009 foram registrados pela UJ, após a regulamentação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD e a capacitação dos servidores identificados para acompanhar o registro no âmbito da Superintendência Estadual. Enfatiza-se que a capacitação sobre o sistema informativo CGU-PAD ocorreu em Brasília/DF sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que contou com o apoio técnico da Coordenação Nacional do Sistema CGU-PAD da Controladoria-Geral da União.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma do art. 15 da Política de Uso do Sistema CGU-PAD da Funasa

Os processos disciplinares e investigativos estão sendo cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa, na sede da presidência da Fundação em Brasília/DF. Atualmente, estão registrados no sistema CGU-PAD todos os processos instaurados no exercício de 2013.

Todavia os processos dos anos de 2006 até 2009 serão registrados pela Suest, após a regulamentação e capacitação do(s) servidor(es) identificado(s) para acompanhar o registro no Estado, enfatiza-se que essa capacitação relativa ao sistema informativo CGU-PAD ocorrerá sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que oportunizará quando autorizada pela presidência do órgão. Contudo, as atividades correccionais instauradas no período de 2006 a 2009 foram informadas em relatórios de gestão de anos anteriores. (Avaliar se ainda permanece a necessidade de se manter este parágrafo. Caso a capacitação tenha ocorrido e a Suest tenha efetuado a inclusão, sugerimos a sua retirada)

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma legal.

Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Objetivo Específico

Demonstrar a percepção da própria unidade jurisdicionada, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos da UJ, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Para fins de atendimento deste subitem, consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU nº 63/2010.

Estrutura de Informação

A informação está estruturada conforme o Quadro A.2.4 a seguir, que contém diversas afirmativas classificadas em cinco elementos do sistema de controles internos da UJ que se pretende avaliar: ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; informação/comunicação e monitoramento. A avaliação representada pela elaboração do Quadro A.2.4 deve ser complementada por análise crítica, em forma de texto, sobre as percepções trazidas pelo Quadro.

Para melhor compreensão do resultado da avaliação, a UJ deve declarar a estratégia adotada para a emissão da opinião sobre os diversos componentes do Quadro.

Abrangência

A avaliação dos controles internos deve ser feita por todas as UJ relacionadas no Anexo I da DN 134/2013, ainda que não seja possível o pronunciamento sobre todas as afirmativas contidas nos cinco elementos do Quadro. No caso de impossibilidade de pronunciamento sobre alguma afirmativa, a UJ deve utilizar o valor **3** (posição neutra em relação à afirmativa).

No caso de relatório consolidado, a avaliação deve ser feita pela UJ consolidadora e pelas UJ expressamente destacadas como consolidadas no Anexo I da DN 134/2013, considerando os respectivos contextos.

No caso de relatório agregado, a avaliação deve ser feita pela unidade agregadora e pelas UJ agregadas, considerando os respectivos contextos.

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses				X	

riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise crítica e comentários relevantes:

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

2 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Canais de acesso do cidadão

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - **www.funasa.gov.br**, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Norte, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2013 o SIC-Funasa recebeu 366 (trezentos e sessenta e seis) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Quanto à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio [http:// www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br) informações referentes à ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O DECRETO NÃO É APLICÁVEL A ESTA INSTITUIÇÃO E A CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO NÃO SERÁ PUBLICADA.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

A Funasa vem envidando esforços em definir mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos / usuários mas que ainda está em fase de elaboração.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

<http://www.funasa.gov.br/site/>

<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>

<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

A Funasa vem envidando esforços em definir mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos / usuários mas que ainda está em fase de elaboração.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

A Funasa vem envidando esforços em atender as normas relativas à acessibilidade.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

a) **Caracterização e o comportamento do mercado de atuação:**

Considerando a natureza jurídica da instituição, ou seja, uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base no disposto no art. 14, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, há que se levar em conta que o seu ambiente de atuação está conformado dentro do contexto da saúde pública brasileira, notadamente, de acordo com a sua missão, nas áreas de saúde ambiental e saneamento ambiental, com vistas à promoção da saúde e a inclusão social de parcelas da população carentes desse tipo de ações.

Nesta perspectiva, o seu leque de atuação se dá estritamente no âmbito de uma importante política pública, traduzida nas diversas ações que a integram e que, em relação àquelas a cargo da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, têm por interesse a melhoria das condições de saúde das populações residentes em municípios com até 50 mil habitantes, às populações rurais, reservas extrativistas, comunidades remanescentes de quilombos, e populações ribeirinhas, via transferência de recursos orçamentários a partir de critérios de seleção de natureza epidemiológica, ambiental e sócio econômico, bem como o desenvolvimento de ações de saúde ambiental relacionadas às estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, que tem como público alvo, além dos já mencionados anteriormente, os entes municipais e estaduais.

Assim, o “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, foi aprovado em julho de 2008 e homologado em dezembro de 2008. O documento foi norteado pelo entendimento na construção de caminhos e soluções para a universalização do acesso ao saneamento básico e à inclusão social e teve por propósito mobilizar diversos segmentos da sociedade para a construção do Plano, bem como seu engajamento para o alcance dos objetivos e metas propostos.

Em setembro de 2008, por meio da Portaria nº 462, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI “com o propósito de estruturar o projeto estratégico de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico”, composto pelo Ministério das Cidades (Secretarias Nacionais de Saneamento Ambiental - SNSA, de Habitação - SNH, de Transporte e Mobilidade Urbana - SeMob e Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades) -; pelo Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU e Agência Nacional de Águas - ANA); pelo Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS e Fundação Nacional de Saúde - Funasa); pelo Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SHI e Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Paralelamente, o ConCidades instituiu o Grupo de Acompanhamento (GA), formado por representantes dos diferentes segmentos que compõem o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental (CTS).

No plano internacional, dois marcos referenciais, aprovados no âmbito da Organização das Nações Unidas e estreitamente relacionados ao Plansab, merecem registro: (i) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, firmado pelo Brasil e outros 190 países, em setembro de 2000, prevendo, entre outras metas relacionadas ao saneamento básico, a redução em 50%, até 2015, da parcela da população que não tinha acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no ano de 1990; (ii) a Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 2010, apoiada por 122 nações, com 41 abstenções e nenhum voto contrário, com forte suporte da diplomacia brasileira, e que trata dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, afirma ser o acesso à água limpa e segura e ao esgotamento sanitário adequado a um direito humano, essencial para o pleno gozo da vida e de outros direitos humanos.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Em relação às competências institucionais, e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2012-2015, a atuação do Ministério das Cidades é dirigida a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

À Secretaria Especial de Saúde Indígena cabe executar ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nas aldeias. À Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cabe exercer a vigilância da qualidade da água nas áreas de portos, aeroportos e passagens de fronteiras terrestres.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Atualmente, esse Ministério, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), tem atuado na capacitação e assistência técnica com vistas à implementação da gestão regionalizada dos resíduos sólidos. Nesse contexto, visando orientar diretrizes, metas, programas e ações no âmbito da política de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que buscou compatibilidade com a proposta do PLANSAB.

Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário

das águas superficiais e subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais susceptíveis à ocorrência de inundações.

Em vista desta moldura legal e institucional, o Plansab vem, portanto, dar cumprimento aos ordenamentos legais relativos ao setor de saneamento básico, representando o resultado de esforço dos vários órgãos federais com atuação na área, sob coordenação do Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

Ameaças:

- Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características;
- Baixa capacidade de gestão dos parceiros aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas.

Oportunidades:

- Implantação, pelo Governo Federal, de políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, de âmbito nacional, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas as populações rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, e em municípios com até 50 mil habitantes que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

As Superintendências Estaduais - Suests – braços executores da instituição – se relacionam com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A alteração da estrutura da Funasa, por intermédio do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que incorporou o Departamento de Saúde Ambiental e transferiu para o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a atuação da área de Saúde Indígena.

h) as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, sendo as unidades executora dos compromissos assumidos pela Instituição.

Fontes:

- 1) TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO - 2012;
- 2) PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 2013;
- 3) DECRETO Nº 7.335 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project esta sendo utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), e se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2014, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

Programa Temático

As informações referentes a Programa Temático deverão ser consignadas no quadro a seguir. O Quadro A.5.2.1 – Programa Temático reproduz em parte a estrutura de informação constante do Anexo I da Lei do PPA 2012 – 2015 e acrescenta informações referentes às leis orçamentárias e ao acompanhamento da execução, inclusive de restos a pagar, de forma a possibilitar uma visão geral dos valores planejados e efetivamente direcionados a cada programa.

As informações consignadas neste quadro devem abranger a integralidade dos recursos direcionados ao programa. Se a responsabilidade por um programa for dividida entre mais um órgão e, por isso, os recursos relacionados também, deve-se registrar, adicionalmente, a participação do órgão que a UJ representa na execução do programa na linha “Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014”.

Quadro A.5.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa					
Título					
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012- 2015	b)Acumulado Dotações/Posiçõe s 2012 e 2013	c)Dotação/ Posição - 2014	d) Remanesc ente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar

Não processados					
Processados		-			
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

5.2.1.1 Análise Situacional

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

5.2.2 Objetivo

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição						
Código		Órgão				
Programa				Código		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	Tipo:					
Título						
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

5.2.2.1 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação						
Código	Tipo:					
Título						
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em	Valor Liquidado	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizado	

01/01/2014		Cancelado		medida	

5.2.2.2 Ações - Orçamento de Investimento - OI

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código			Tipo:				
Título							
Iniciativa							
Objetivo			Código:				
Programa			Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária							
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

A Funasa visando dar consecução aos apontamentos apresentados pela CGU, onde foi apontada a constatação da fragilidade nos indicadores de gestão apresentados pela Entidade no Relatório de Gestão, constituiu "Grupo de Trabalho", composto por representantes da Presidência e das Superintendências Estaduais (AL, MG e RJ), que discutiram e definiram indicadores voltados a área de engenharia, que foram replicados para demonstrar o desempenho das atividades relacionadas a execução de cada Ação Orçamentária. Estes indicadores foram homologados pelo Departamento de Engenharia de Saúde Pública - Densp e serão incorporados ao relatório de Gestão do exercício de 2014. Foi realizado um estudo de viabilidade junto à área de tecnologia da informação para a automatização do processo de apuração, definindo-se pela utilização do Business Intelligence - BI, ferramenta que permite, a partir dos dados inseridos nos diversos sistemas de informação, que as Superintendências Estaduais apresentem seus

resultados alcançados por Ação, Situação de Obra, Agente Financeiro, faixas de execução e esforço resultante do acompanhamento de execução física. Estes indicadores tem o monitoramento quinzenal extraído pela ferramenta BI, e como resultado para compor o presente relatório, resultado acumulado e apuração anual.

Cabe esclarecer que a fundamentação da construção dos indicadores institucionais, teve como referência conceitual o manual "Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública", do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). A avaliação e as proposições de aprimoramento dos indicadores também se balizaram no PPA 2012-2015, bem como nas Ações Orçamentárias da Funasa descritas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), monitorado pelo MP.

Quadro A.5.4.1 – Indicadores de Desempenho - Saneamento

Item	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta do Indicador	Método de Aferição
1	Percentual de obras/equipamentos/planos concluídos em razão da quantidade de instrumentos de repasse celebrados.	Aferir a efetividade da implementação de obras/equipamentos/planos (acumulado)	(Quantidade de instrumentos com obras/equipamentos/planos concluídos até o exercício de apuração/ Quantidade de instrumentos celebrados de 2002 até o exercício de apuração)*100	100% dos instrumentos de repasse com obras/equipamentos/planos concluídos	Extração de informações dos sistemas (SIAFI, SICONV, SIGA) via BI Oracle.

Ação	Exercício de apuração - 2012			Exercício de apuração - 2013			Exercício de apuração - 2014		
	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual	Qtd Obra/equipamentos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual
Água	66	116	57%	81	117	69%	88	121	73%
Catadores	0	1	0%	0	2	0%	0	2	0%
Esgoto	50	110	45%	57	110	52%	58	121	48%
MSD	41	61	67%	44	64	69%	44	65	68%
PMSB	0	12	0%	0	12	0%	0	12	0%
Resíduos	8	54	15%	13	55	24%	21	55	38%
Acumulado	165	354	47%	195	360	54%	211	376	56%

Resultados apurados em 31/12/2014, via Business

Intelligence Oracle - BI
Regras para apuração:
Histórico igual a 30.12.2014
Para a composição da série histórica:
Ano de celebração de 2002 até o exercício de apuração
Ano de conclusão da Obra é igual a 31.12 do exercício de apuração
Obs: Excluídos os Status de obra "Cancelado" e "Em Cancelamento". Desconsiderados os "Não executados" e os "Encerrados sem etapa útil"

ANÁLISE CRÍTICA CIRCUNSTANCIAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Período em exame: 2012 a 2014

Interessado: DIESP/SUEST/MS.

Objeto: Avaliar a governança funcional nas atividades de gestão técnica de convênios no período de 2012 a 2014.

Assunto: Análise crítica sobre os resultados alcançados.

Com fulcro nos indicadores de desempenho colecionados no relatório de gestão/2014, é oportuno e tempestivo, estabelecer uma análise circunstancial de cada uma das atividades programáticas desempenhadas pela DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA DA SUEST/MS, fato que enseja a possibilidade de identificação dos gargalos, oportunizando o conhecimento dos problemas, bem como e, sobretudo a busca da superação e melhoria da performance técnico-funcional.

ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS (PROGRAMAS)

1) Sistema de Abastecimento de Água:

Os resultados apontados no RG (relatório de gestão) sinalizam para uma espiral crescente e sustentável no sentido da evolução dos trabalhos de análise, aprovação, acompanhamento e supervisão técnica das celebrações consumadas no período em exame. Há o registro de ganhos reais de performance entre 2012 a 2013 da ordem de 21,05% e de 2013 a 2014 de 5,79%.

Depreende-se que não obstante a elevação do nível de exigências legais no processo de aprovação dos pleitos desta e de outras atividades programáticas (desoneração de folhas, licenças ambientais, percalços na concepção de projetos, etc.), associadas às reais dificuldades na liberação de recursos financeiros, fato indutor de atrasos nos cronogramas de obras, registra-se um ganho real e sustentável no desempenho das atividades de gestão dos convênios, cuja ação se refere aos sistemas de abastecimentos de água, seja no meio urbano ou rural.

Ao considerar que essa ação programática detém um peso ponderável relevante dentre as atividades da DIESP/SUEST/MS, representando 33,58% das ações propostas e em desenvolvimento, temos que a sua evolução sustentável repercute positivamente na média do desempenho da DIESP/SUEST/MS.

2) Catadores

Os números refletem as dificuldades de implementação desta relevante ação programática da FUNASA. Ao relativizar a nulidade dos resultados apontados, cabe destacar a fragilidade jurídica das cooperativas, entidades parceiras na ação. Um exemplo da precariedade da gestão do Programa se materializa com os desencontros e entraves de ordem burocráticas surgido no primeiro instrumento de celebração no âmbito da DIESP/SUEST/MS. O comprometente conveniente que assumiu a titularidade da avença, representando 7 outras entidades cooperativas, se encontrava estruturado com título de posse do terreno, licença ambiental e envolvimento comunitário. Entretanto, as demais entidades interventores no processo (7 outras cooperativas), não reuniam e até aqui não reúnem as condições mínimas necessárias ao cumprimento do caderno de encargos da FUNASA, sobretudo e principalmente em relação à titularidade e posse das áreas das sedes e de licenciamento ambiental. A fragilidade, jurídica dessas entidades é agravadas pelo distanciamento do ente municipal que via de regra não oferece qualquer tipo de apoio às mesmas.

3) Sistema de Esgotamento Sanitário

A ação programática apresenta uma performance equilibrada com base nos indicadores dos últimos três anos. Representa o segundo maior programa de saneamento ambiental da DIESP/SUEST/MS, com 341 avenças contratadas, alcançando 32,35% do total das ações propostas e em desenvolvimento. O percentual de desempenho estagnados nos últimos anos (médias de 48%) remete às dificuldades como a carência e/ou insuficiência dos projetos técnicos de engenharia, os quais invariavelmente resultam em reprogramações e revisões de projetos, ocasionando atrasos consideráveis nos cronogramas. Outro fator preponderante remete ao reduzido quadro técnico funcional da FUNASA/DIESP/SUEST/MS. Soma-se ainda a rotatividade dos técnicos prestadores de serviços (engenheiros) detentores de empregos temporários.

4) Melhorias Sanitárias Domiciliares

A exemplo da ação programática anterior, as atividades de MSD, também tem se mantido estáveis nos últimos anos, com o resultado oscilando em torno de 67% de obras concluídas em relação ao universo de instrumentos celebrados.

A melhoria da performance desta ação programática depende em muito das Prefeituras Municipais, cuja precariedade da estrutura técnico-operacional e administrativa, tem se mostrado um óbice ao melhor desempenho dos trabalhos.

5) PMSB

A busca de um modelo de parceria com os entes convenientes, em especial as Prefeituras Municipais, capaz de proporcionar a equalização dos dois grandes parâmetros que sustentam o Programa - custos x resultados - tem sido o fator inibidor do desenvolvimento do mesmo. Os primeiros instrumentos celebrados permitiram “trabalhar” com uma planilha de custos atrativa para o mercado local. Com o advento da escassez de recursos orçamentário, trazendo como

consequência a drástica redução do custo per capita, resultou em declínio dos indicadores de desempenho. Novas estratégias capazes de “construir” parcerias sólidas e resolutivas vêm sendo discutidas no âmbito da DIESP/SUEST/MS, como forma de fomentar os indicadores da ação.

6) Resíduos

Também nesta ação programática os resultados apontados no RG (relatório de gestão), sinalizam para uma espiral crescente e sustentável no sentido da evolução dos trabalhos de análise, aprovação, acompanhamento e supervisão técnica das celebrações consumadas. As performances tem sido crescentes desde 2012, com 15% avenças concluídas, atingindo 24% em 2013 e 38% e, 2014. O ganho em desempenho entre 2012 a 2013 foi da ordem de 60% e de 2013 a 2014 de 63%. São índices robustos que demonstram o grande apelo da ação programática junto as Prefeituras Municipais.

O grande percalço do Programa situa-se nas reais dificuldades na liberação de recursos financeiros, fato indutor de atrasos nos cronogramas de cumprimento de metas.

Quadro A.5.4.3 – Indicadores de Desempenho - Saúde Ambiental

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo 2014	Memória de Cálculo 2014	Meta do Indicador	Série Histórica			
						Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado 2014	Resultado Acumulado
14	Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$		Alcançar 100% dos municípios apoiados	81%			
15	Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$		Atender 100% comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.	100%			

16	Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	Número de municípios com técnicos capacitados / Número de municípios previstos no período X 100		100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.	100%			
17	Percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Número de municípios com análises realizadas / Número de municípios previstos X100		Copet/D1 00% municípios programados com amostras de água analisadas . esam	83,95%			
18	Percentual de pesquisas financiadas na área de saúde ambiental .	Aferir o percentual de pesquisas financiadas pela Funasa.	Número de pesquisas financiadas / Número de pesquisas selecionadas em 2012 X100		Financiar 100% (22) pesquisas selecionadas.	50%			
19	Percentual de pesquisas celebradas na área de saúde ambiental .	Aferir o percentual de pesquisas celebradas pela Funasa, demonstrando o esforço de suas unidades	(Número de pesquisas celebradas)/(Número de pesquisas selecionadas em 2013) X100		Financiar 100% pesquisas selecionadas	-			
20	Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados .	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados .	Número de exames realizados / Número de exames programados X 100		Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.	100%			

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

6.1 Programação e Execução das despesas

Este grupo de informações deve ser fornecido considerando os seguintes subtópicos:

- 6.1.1 – Programação;
- 6.1.2 – Movimentação;
- 6.1.3 – Realização

6.1.1 PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes

					Dívidas	
Concedidos						
Recebidos	255.000	255.012		295.323		3.179.610
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	255.000	255.012		233.870		

6.1.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

6.1.2 Realização da Despesa

Realização da Despesa com Créditos Originários

6.1.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.2.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.2.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.2.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.825.030	1.733.659	1.825.030	1.708.451
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.825.030	1.733.659	1.825.030	1.708.451
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	757.738	659.315	757.738	659.315
h) Dispensa	667.522	618.054	667.522	618.054
i) Inexigibilidade	90.216	61.261	90.216	61.261
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	267.012	241.939	267.012	241.939
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	267.012			

		241.939	267.012	241.939
5. Outros	69.231	351.839	69.231	351.839
6. Total (1+2+3+4+5)	2.919.011	2.986.72	2.019.011	2.961.544

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
08- Outros benef. assit.do servidor e militar	28.310	20.139	28.310	20.139	0	0	28.310	20.139
14- Diárias- Civil	267.012	234.594	267.012	234.594	0	0	267.012	234.594
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
30- Material de Consumo	475.536	209.632	342.942	206.243		3.389		194.375
36- Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física	0	18.185	0	18.185	0	0	0	18.185
37- Locação de mão de obra	1.506.122	1.397.409	1.288.955	1.262.602	217.167	134.807	1.288.955	1.262.602
39- Outros serviços	1.175.199	1.023.068	960.003	974.306	215.196	48.761	960.003	960.967

terceiros - Pessoa jurídica									
Demais elementos do grupo	22.751	50.640	19.659	48.742	3.092	1.898	19.659	48.742	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4. Investimentos									
51- Obras e instalações	229.021	980.522	10.228	0	218.792	980.522	10.228	0	
52- Equipamentos e material permanente	4.848	0	1.901	0	2.947	0	1.901	0	
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
6. Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

No exercício de 2014 não houve alterações significativas tomando como base as informações contidas no Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação, uma vez que seguiu o padrão de despesa da instituição.

As despesas realizadas na modalidade de licitação - Pregão correspondeu a 62,52% das demais despesas.

Os 22,86% das contratações diretas - dispensa correspondem as despesas decorrentes da contratação de concessionárias públicas, tais como a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A - ENERSUL, Águas Guarirobas S/A., Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBC.

A modalidade de contratação - Inexigibilidade correspondeu apenas a 3,09% da despesa realizada.

Tomando como base as informações contidas no Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação podemos observar que as despesas ficaram assim distribuídas:

Grupos de Despesa	R\$ 1,00	%
1. Despesas de Pessoal	295.322	7,96
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0
3. Outras Despesas Correntes	3.179.608	85,73
4. Investimentos	233.869	6,31
5. Inversões Financeiras	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0
Total	3.708.799	100

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADES JURISDICIONADA

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

A.6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014

Fonte:

6.3.1 Análise Crítica

Nesta UJ não ocorreu reconhecimento de Passivo por insuficiência de créditos ou recursos.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.169.379	826.856	17.636	324.887
2012	55.968	55.655	313	0
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	25.207	25.207	0	0
2012	10.698	10.698	0	0
...				

6.4.1 Análise Crítica

A importância reinscrita para 2015 esta de acordo com a Lei 4.320/64 e esta devidamente justificada no despacho abaixo elaborado pela chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp:

DESPACHO DE RECONHECIDA RELEVÂNCIA TÉCNICO-SANITÁRIO No. 135/2015

Processo:25185.011.781/2013-09

Interessado: WM Comércio e Construtora Ltda.

Objeto: Ampliações dos Sistemas de Abastecimentos de Água das Comunidades Quilombola de Ouroândia – Rio Negro/MS e Boa Sorte/Corguinho/MS .

Assunto: Análise crítica da manutenção da rubrica restos a pagar.

Com base no conjunto de documentos apensados ao processo de Tomada de Preços no. 02/2013, homologada em 20/12/2013, o qual deu origem aos contratos administrativo nos. 10/2013 e 12/2013, cujos objetos tratam das obras de ampliações e melhorias dos sistemas de abastecimentos de água das comunidades rurais quilombolas Ouroândia, em Rio Negro/MS e Boa Sorte em Corguinho/MS, respectivamente, venho relatar, do ponto de vista técnico, o caminho crítico experimentado pelo processo administrativo de contratação de serviços de obras de saneamento, cujas condições e circunstâncias mencionadas, justificam a manutenção da inscrição em restos a pagar, do montante de R\$324.887,00 (trezentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais), na condição de saldo de exercícios anteriores, em fase de processamentos:

RAZÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVAS:

- a) Conclusão do processo administrativo de contratação de serviços, em período muito próximo ao final do exercício orçamentário-financeiro. Esse fato exigiu a inscrição total dos recursos em RESTOS A PAGAR, uma vez que a proximidade do exercício findo impossibilitou a conclusão do processo de expedição das competentes ordens de serviços dentro do período útil do exercício orçamentário-financeiro de 2013, anulando qualquer possibilidade de PROCESSAMENTO das despesas;
- b) Expedição tardia das competentes Ordens de Serviços, em fase de dificuldades do compromitente contratado, em obter as garantias exigidas em contratos;
- c) Ordens de serviços emitidas somente em 21/02/2014, após decorridos 60 (sessenta) dias da homologação do processo licitatório.

RAZÕES DE NATUREZA EMINENTEMENTE TÉCNICAS:

- a) Concessão das ordens de serviços dos respectivos contratos, em época de elevado índice pluviométrico na região das comunidades rurais quilombolas. As intensas chuvas, elevou em muito as dificuldades de acessibilidade aos locais, habitualmente servidos por estradas em precárias condições de uso. As localidades rurais quilombolas objeto dos empreendimentos, situam-se em regiões de encostas de morros e serras, cuja precária trafegabilidade das estradas durante todo o ano é drasticamente agravada pelas chuvas comuns no período de janeiro a abril de cada ano. As instalações dos canteiros de obras, com o transporte de máquinas e equipamentos e a deposição de materiais empregados nas etapas/fases contratadas, ficaram prejudicadas em razão da precariedade do acesso aos locais alvos das intervenções ;
- b) Necessidade de adequação dos projetos técnicos de engenharia às novas condições de dispersão populacional das comunidades. A adequação dos projetos, com impacto direto nas planilhas orçamentárias dos serviços, foram implementadas a partir das constatações dos ganhos de natureza técnica obtidos a partir das melhorias das performances técnico-operacional dos sistemas de abastecimentos de água existentes. As reprogramações das ações contratadas, com alterações das etapas/fases e serviços previstos nas planilhas originais, em ambas as comunidades, impuseram consideráveis atrasos no cumprimento do cronograma físico dos contratos, a saber:
 - 1) Em 01/10/2014, o compromitente contratado, empresa WM Comércio e Construtora Ltda., encaminhou expediente, solicitando o exame de pleito de reprogramação de etapa/fase das obras, sem alteração do valor final de contrato no. 10/2013 – Comunidade Quilombola de Boa Sorte/Corguinho/MS;
 - 2) Em 20/11/14, da mesma forma o compromitente contratado, empresa WM Comércio e Construtora Ltda., solicita adequação de etapas/fases das obras, sem alteração do valor final do contrato no. 12/2013 – Comunidade Quilombola de Ourolândia,/Rio Negro/MS;

RAZÕES DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA E CIRCUNSTANCIAL

- 1) Registro de ocorrência de fato superveniente, marcado pelo atraso na entrega de materiais de obra, sobretudo na aquisição de tubos de PCV/PBA, JEI, classe 12, DN 50mm, conforme documento encaminhado pelo compromitente contratado (mensagem eletrônica da empresa fornecedora, apensada à folha 2493 do caderno XIV do processo administrativo de contratação de obras;

RAZÕES DE NATUREZA SANITÁRIO-AMBIENTAL E EPIDEMIOLOGICA:

- 1) A reconhecida vulnerabilidade sócio-ambiental e sanitária da população alvo dos empreendimentos, foi devidamente pesadas e consideradas na tomada de decisão para inscrição e manutenção da rubrica RESTOS A PAGAR, nos fechamentos contábeis de 2012/2013; 2013/2014 e 2014//2015. Os ganhos na promoção da qualidade de vida e na redução da morbi-mortalidade infantil junto as comunidades beneficiárias das ações, foram e devem ser considerados na decisão do ORDENADOR DE DESPESAS para manutenção da rubrica durante o período;
- 2) As informações trazidas ao processo administrativo de contratação, feitas pelo engenheiro-fiscal das obras, Waldir Costa Silva, dando conta do cronograma atual da obra, com índice de 90% de execução, reforça ainda mais a assertiva da preservação do crédito orçamentário-financeiro, traduzindo com isso a certeza do seu processamento pleno, alcançando assim a efetividade dos investimentos, com ganhos de natureza sócio-ambiental-sanitário e epidemiológico, valorando os princípios da conveniência, da relevância, da oportunidade, da economicidade e da preservação do elevado interesse público presente na gestão dos referidos contratos no.s 10/2013 e 12/2013.

Os fatos acima circunstanciados, consubstanciam de forma inequívoca e categórica, as razões expostas na ANÁLISE CRITICA, as quais nortearam a manutenção dos valores da rubrica RESTOS A PAGAR, no montante acima mencionado durante o período de 2013 a 2015, objeto dos contratos 10/2013 e 12/2013, tendo como contratada a empresa WM – Comércio e Construções Ltda – EPP.

Com base no exposto, RESTITUO o presente processo à Divisão de Administração da SUEST/MS, para prosseguimento dos feitos administrativos.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

]

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de termos de compromisso.

Val
ore
s
em
R\$
1,0
0

Unidade Concedente				
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - SUEST - MS			Exercício 2014	
CNPJ: 26.989.350/0001-16		UG/GESTÃO: 255012/36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termos de Compromisso
2014	Contas Prestadas	Quantidade	19	18
		Montante Repassado	6.936.594,21	22.099.786,45
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
2013	Contas Prestadas	Quantidade	25	73
		Montante Repassado	5.187.730,04	22.536.431,96
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
2012	Contas Prestadas	Quantidade	46	43
		Montante Repassado	11.529.372,20	21.373.100,89
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Anteriores a 2012	Contas Prestadas	Quantidade	36	0
		Montante Repassado	8.647.957,04	0
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0

Fonte: SECOV-SUEST-MS - CONTROLE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Termos de Compromisso.

Posição
31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - SUEST - MS				Exercício 2014	
CNPJ: 26.989.350/0001-16		UG/GESTÃO: 255012/36211			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Termos de Compromisso
2014	Quantidade de Contas Prestadas			19	18
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	10	09
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	5.218.107,45	6.628.661,82
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	10	09	
		Montante Repassado (R\$)	3.359.003,42	16.893.596,45	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	13	43
			Quantidade Reprovada	04	02
			Quantidade de TCE	03	0
			Montante Repassado (R\$)	6.023.838,35	9.831.557,98
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	09	09
Montante Repassado (R\$)			3.577.590,79	5.206.190,00	
2013	Quantidade de Contas Prestadas			25	73
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	21
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	339.750,00	4.183.588,95
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	02	11	
		Montante Repassado (R\$)	925.000,00	9.320.440,31	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	22
			Quantidade Reprovada	06	01
			Quantidade de TCE	02	0
			Montante Repassado (R\$)	200.000,00	6.182.310,27
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	13	18
Montante Repassado (R\$)			3.722.980,04	2.850.092,43	
2012	Quantidade de Contas Prestadas			46	43
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	25	16	
		Quantidade Reprovada	01	04	
		Quantidade de TCE	0	0	

		Montante Repassado	4.835.745,66	11.347.860,43
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	31	28
		Montante Repassado	0	0
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	41	0
		Montante Repassado	8.697.958,95	0
Fonte: SECOV - SUEST -MS - CONTROLE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL				

6.5.5 Análise Crítica

No exercício de 2014, foram analisadas **84** Prestações de Contas dos instrumentos sob a responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada, dos quais **30 Convênios e 54 TC/PAC's**, conforme demonstra o Quadro **A.6.5.4 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COMPROMISSO**.

- ❖ Não houve casos de omissão de prestação de contas no exercício;
- ❖ Por outro lado verificou-se aumento significativo no repasse de recursos e pagamentos efetuados com relação aos exercícios de 2013 e 2012, mantendo-se estável;
- ❖ No exercício de 2014, foram concluídos e encerrados **21 CONVÊNIOS e 44 TC/PAC's, totalizando R\$ 13.984.428,99, em recursos repassados de obras concluídas, superando em R\$ 1.441.367,38 o exercício de 2013 que foi de R\$ 12.543.061,61;**
- ❖ Foram descentralizados **12 - Convênios, 04 - TC/PAC's e 13 - EP, totalizando 29 novas** avenças para gestão e acompanhamento do SECOV/SUEST-MS;
- ❖ **Com relação às Prestações de Contas -** Foram adotadas medidas administrativas visando sanar as transferências em situação de prestação de contas inadimplente, NOTIFICANDO-AS a apresentá-las imediatamente;
- ❖ **Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios -** PODEM ter sido ocasionados pela conjuntura política que o país enfrenta;
- ❖ **Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios -** verifica-se que aos poucos o ente conveniente vem mudando a postura e encaminhando as prestações de contas dentro dos prazos regulamentares(2014);

- ❖ **Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados** - Com a aprovação da Presidência da FUNASA, foram efetuadas as fiscalizações "*in loco*", no exercício de 2014, reduzindo o volume de processos com pendências;

Pontos Críticos

Ainda temos um volume considerável de prestações de contas **com prazo vencido**, porém com relação a 2013 houve leve redução;

- ❖ **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto** - A eficiência e eficácia dos procedimentos adotados são fatores diretamente relacionados ao *quantitativo de pessoas capacitadas para o exercício da função*, bem como a satisfação destes profissionais, passando inclusive, pela remuneração adequada;
- ❖ Permaneceu a falta de servidores Analistas de Prestações de Contas no SECOV em 2014, houve apenas 01(uma) contratação de 01 Economista, **temporária; Por ser temporária não pode receber capacitações, a não ser, à distância, que é uma discriminação e um fator desmotivador para a Servidora;**
- ❖ Permaneceu a falta de capacitação adequada nos Sistemas Corporativos **SISCON, SICONV, SIAFI, SIGOB e SIGA;**
- ❖ Permaneceu a deficiência de estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convênios, *com relação ao espaço físico adequado aos Analistas de Prestações de Contas, além de cadeiras com ergonomia adequada ao conforto e a saúde física dos servidores do SECOV como um todo;*
- ❖ Perdemos um Analista de Prestação de Contas, que saiu do Serviço de Convênios, por falta de motivação e remuneração adequada no exercício da função;
- ❖ Permaneceu a dificuldade na busca de informações sobre os convênios e na gestão dos mesmos, visto que as mesmas *encontram-se pulverizadas em vários Sistemas* e que não são confiáveis, gerando dificuldade inclusive para a feitura e conclusão do Relatório de Gestão anual.

Sugestão de Melhorias

Manter as programações de viagens mensais para as supervisões "in loco", visando a orientação e suporte adequados aos entes convenentes;

- Com esta ação reduzem-se os problemas com pendências documentais no momento do fechamento das contas no município e nas Prestações de Contas Finais à serem analisadas;

- ❖ Ampliar o espaço dos Analistas de Contas, que hoje ainda é inadequado;
 - ❖ Adquirir calculadoras portáteis-URGENTE;
 - ❖ Adquirir Tablet's para uso em rotinas internas e externas do SECOV;
 - ❖ Adquirir cadeiras com anatomia adequada para que os servidores do SECOV tenham conforto e preservem a sua saúde durante o desenvolvimento de suas atividades diárias;
-
- ❖ Convocar no mínimo mais 02(dois) Analistas de Prestação de Contas;
 - ❖ Solicitar a Presidência da FUNASA que ENVIDE esforços quanto ao aprimoramento IMEDIATO do SIGA na Gestão de Informações sobre Convênios, que consolide as informações entre as duas áreas envolvidas DIESP e SECOV e possamos extrair relatórios consistentes e principalmente confiáveis o que não ocorre hoje.

Conclusão

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ - O SECOV não possui instrumentos para mensurar a efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ, a não ser pelo volume de repasse efetuado no exercício, como demonstrado nos Quadros A.6.5.4 e A 6.5.3, em cumprimento as atribuições afeitas à área.

Apesar das dificuldades e pontos críticos enfrentados conseguimos aprimorar o suporte aos municípios e com esforço conseguimos retomar as viagens de acompanhamento "*in loco*" e com esta ação algumas pendências de Prestação de Contas foram solucionadas e concluídas no exercício 2014, trazendo resultados positivos.

O apoio dos nossos dirigentes a esta ação foi muito produtivo, fazendo com que as ações finalísticas da Instituição, apresentassem resultados de qualidade à população com a conclusão de várias obras, bem como, frente aos **Órgãos de Controle Externo** que poderão observar nos Relatórios informativos, que algumas pendências antigas foram sanadas e finalizadas.

6.6 Suprimento de Fundos

NOS EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 E 2014 NÃO FORAM CONCEDIDOS SUPRIMENTO DE FUNDOS NESTA UJ.

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

NOS EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 E 2014 NÃO FORAM CONCEDIDOS SUPRIMENTO DE FUNDOS NESTA UJ.

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

NOS EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 E 2014 NÃO FORAM CONCEDIDOS SUPRIMENTO DE FUNDOS NESTA UJ.

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

NOS EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 E 2014 NÃO FORAM CONCEDIDOS SUPRIMENTO DE FUNDOS NESTA UJ.

6.6.4 Análise Crítica

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

NAO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

6.8 Gestão de Precatórios

NAO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

O perfil do quadro de servidores ativos da UJ deve ser demonstrado por meio dos quadros detalhados nos subtópicos a seguir:

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.7.1.1.1** visa a demonstrar a força de trabalho da UJ, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, a UJ deve informar a lotação autorizada e a efetiva, registrando-se, ainda, os ingressos e egressos no exercício. O **Quadro A.7.1.1.1** deve refletir a situação **apurada em 31/12 do exercício de referência do Relatório de Gestão**.

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	107	107	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	107	107	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	105	105	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	7	4	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	114	111	0	2

Fonte:

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	40	32
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	40	32
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	40	32

1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	4
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	40	38

O **Quadro A.7.1.1.3** abaixo tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ.

Iro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	7	6	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	6	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Funções Gratificadas	10	8	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	8	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	14	0	0

Fonte:

Análise Crítica

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Em relação à qualificação do pessoal da Suest-MS, entendemos que apesar de termos uma grande quantidade de servidores com nível superior completo e até mesmo pós graduações, os mesmos sentem certa desmotivação em buscar um desenvolvimento pessoal e profissional tendo em vista não termos na Funasa a estruturação de um Plano de Cargos e Carreiras.

Na planilha a seguir, podemos constatar a qualificação profissional em contraste com os cargos ocupados na Funasa e a lotação dos mesmos.

MACROPROCESSOS	QUANTITATIVO	LOTAÇÃO	CARGO	FORMAÇÃO
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	ADEMAR FREIRE DA SILVA	SACAV	Motorista Oficial	Nível Fundamental
	ADEMIR ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA	SACAV	Ag.de Saúde Pública	Nível Médio
	ANA PAULA ALVARENGA	DIESP	Engenheiro	Engenharia
	ANTONIO AFONSO SOUZA PASSOS	SACAV	Guarda de Endemias	Nível Médio
	AROLDO FERREIRA GALVÃO	SAPRO	Engenheiro	Engenharia
	ELIAS BETIO SOARES	SACAV	Ag.de Saúde Pública	Teologia
	FRANCISCO MAURO DINIZ	SACAV	Guarda de Endemias	Nível Fundamental
	GASPAR FRANCISCO HICKMANN	DIESP	Ag.de Saúde Pública	Direito
	IGOR FELIPE BRAUN	DIESP	Engenheiro	Engenharia
	JOAO SOUZA DE OLIVEIRA	SACAV	Aux.Administrativo	Pedagogia
	JOSE ARANTES DE OLIVEIRA	SACAV	Ag.Administrativo	Geografia
	JOSE VANDERLEI GONCALVES PADILHA	DIESP	Guarda de Endemias	Nível Médio
	JULIANA MOTA DA COSTA	DIESP	Engenheiro	Engenharia
	LEANDRO MARTINS ALVES	DIESP	Engenheiro	Engenharia
	MARCO ANTONIO PICASSO LOPES	DIESP	Guarda de Endemias	Nível Médio
	MARIO JACINTO LOPES RODRIGUES	DIESP	Engenheiro	Nível Médio
	MARIO MÁRCIO DA CRUZ MARTINS	DIESP	Engenheiro	Engenharia
	MARIO TAKAO GOBARA	DIESP	Engenheiro	Engenharia
	SIDNEY BARROS LAZARO	SAPRO	Arquiteto	Arquitetura
	SIMONE TOSHIKO NAKASHITA FRÓES	DIESP	Ag.Administrativo	Farmácia
VALDERIDO RODRIGUES NUNES	SAPRO	Guarda de Endemias	Nível Médio	
WALDIR COSTA SILVA	DIESP	Engenheiro	Engenharia	
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	ALDIRIO SERGIO RODRIGUES	SESAM	Ag.Administrativo	Química
	ANTONIO CARLOS VILHARVA	SESAM	Guarda de Endemias	Nível Médio
	BENTO SILVA MACHADO	SADUC	Ag.de Saúde Pública	Nível Médio
	DANIEL DE CASTRO JORGE SILVA	SESAM	Engenheiro	Engenharia
	GREGORIO AUGUSTO CORREA	SESAM	Ag.de Saúde Pública	Nível Médio
	JOÃO CARLOS VERISSIMO	SADUC	Aux. De Saneamento	Nível Médio
	MANUEL ANDRES LEGUIZAMON	SESAM	Biólogo	Biólogo
Gestão de Convênios	ALESSANDRA FERREIRA MAIA DE OLIVEIRA	SECON	Economista	Economia
	CAROLINA MITIE YAMAUCHI	SECON	Ag.Administrativo	Odontologia
	IVETE DE SOUZA BUENO OSHIRO	SECON	Ag.Administrativo	Ciências
	JAMES SOARES JUSTINIANO	SECON	Aux.Administrativo	Gestão Pública
	MANOEL SERGIO DE SOUZA	SECON	Ag.Administrativo	Educação Física
	MARINA GOMES TORRES	SECON	Estatística	Estatística

	MIRTA MIRANDA PEREIRA	SECON	Ass. de Administração	Administração com ênfase em análise
	VIDALVINA ECHERT	SECON	Ag. Administrativo	Letras

Entretanto, mesmo tendo em sua maioria cargos de nível médio, mesmo nas áreas finalísticas, nossos técnicos têm buscado se qualificar para o desenvolvimento de suas atividades diárias e no alcance das metas institucionais.

Em 2014 o Setor de Capacitação viabilizou 40 participações de servidores da Superintendência Estadual de Mato Grosso do Sul em 23 eventos. Obtivemos um total de 23 servidores capacitados no exercício, conforme a planilha abaixo.

NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES E SERVIDORES CAPACITADOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL: MATO GROSSO DO SUL

MÊS	EVENTOS REALIZADOS	NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS NO ANO		Total	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES		Total
		Com Função Comissionada DAS, FCT E FG	Sem Função Comissionada		Com Função Comissionada DAS, FCT E FG	Sem Função Comissionada	
JANEIRO	0	0	0	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	0	0
MARÇO	1	1	0	1	1	0	1
ABRIL	1	0	1	1	0	1	1
MAIO	4	7	1	8	10	1	11
JUNHO	0	0	0	0	0	0	0
JULHO	2	1	1	2	2	1	3
AGOSTO	1	2	0	2	2	0	2
SETEMBRO	6	7	3	10	9	3	12
OUTUBRO	4	0	1	1	2	2	4
NOVEMBRO	2	0	0	0	3	0	3
DEZEMBRO	2	0	1	1	1	2	3
TOTAL	23	18	8	26	30	10	40

Devido a dificuldades na contratação de empresas, por conta do impasse em reconhecer as atividades de capacitação como singulares e de notória

especialização, matéria de relatórios de auditoria e amplamente debatido e apontado pelos órgãos de controle, houve uma redução significativa no número de eventos locais, pois entendemos que pelo reduzido quadro de servidores, sendo que em muitas competências somente um ou dois servidores necessitam se capacitar, isso não justifica a contratação de turmas fechadas, tampouco a realização de licitação para a inscrição de dois servidores em determinado evento. Há muito ainda para avançarmos nos entendimentos relativos às contratações por inexigibilidade, ou seja qual for a modalidade que melhor atenda à necessidade de contratarmos empresas particulares, que entendemos ser referência no mercado ou mesmo profissionais notórios especialistas. Enquanto não houver um entendimento pleno e alinhado dos órgãos de controle internos e externos neste sentido, teremos cada vez mais dificuldade para a execução do planejamento de capacitação.

Dessa maneira, demos preferência para a utilização dos recursos de capacitação para encaminhar nossos técnicos para congressos, simpósios e encontros que já estão consolidados como eventos inexigíveis de licitação, bem como organizados pela Administração Pública e/ou Escolas de Governo.

Considerando as avaliações aplicadas ao final de cada participação em evento, nossos profissionais têm buscado, em sua maioria, atualização dos conhecimentos já existentes e busca pelo aperfeiçoamento, além da operacionalização dos sistemas em uso e novas legislações vigentes.

Ainda encontramos também neste exercício um desfalque na participação de cursos que sempre eram ofertados gratuitamente pela Escola de Governo de Mato Grosso do Sul em parceria com a ENAP, pois a mesma não formalizou parceria para este exercício.

No entanto, entendemos que dentro do cenário apresentado, atingimos parcialmente as metas, pois executamos em 96,04% o recurso orçamentário de capacitação, conforme, a seguir. Porém é importante frisar que ainda há muito a avançar em termos de planejamento, para que os setores aprendam a identificar as necessidades de capacitação e procurar executar fielmente o Plano no exercício seguinte.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ deverá ser demonstrada por meio do **Quadro A.7.1.3** a seguir, onde serão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal com alguns grupos de servidores e tipologias de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e ao imediatamente anterior.

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										

Exercícios	2014										
	2013										
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014										
	2013	171.347,83	-	158.557,96	7.497,89	20.723,30	7.310,46	15.967,89	-	-	381.405,33
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014										
	2013	61.300,00	-	3.065,00	2.043,33	3.799,00	-	-	-	-	70.207,33

Fonte:

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Neste subitem o gestor deverá discorrer sobre a existência de eventuais irregularidades relacionadas a pessoal, discriminando as providências adotadas para sua regularização.

Em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos e a terceirização irregular de cargos, as informações disponibilizadas neste item devem observar as orientações contidas nos itens 7.1.4.1 e 7.1.4.2.

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O gestor deverá consignar as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, contemplando informações, no mínimo, sobre:

- a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;
- b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão;
- c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;
- d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

O gestor deverá discorrer, ainda, sobre as providências adotadas para regularizar a situação dos servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente, tomando-se como parâmetro o art. 133, da Lei 8.112/1990. Em sua explanação o gestor deverá contemplar informações, no mínimo, sobre:

- a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;
- b) O resultado das notificações realizadas;
- c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem. Desta forma, a unidade jurisdicionada deverá escolher a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados. Alerta-se que este subitem deve ser tratado em tópico específico do item que vier a tratar da gestão de pessoas e deve conter toda a informação solicitada.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

O **Quadro A.7.1.4.2** tem por finalidade evidenciar o quantitativo de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade. Para tanto, o quadro encontra-se dividido em quatro colunas nas quais cada campo deverá ser preenchido conforme a descrição abaixo.

A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte:

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos da UJ em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados: Nas linhas do quadro devem ser relacionados os nomes dos cargos ou atividades típicas do plano de cargos do órgão de vinculação da UJ que estejam sendo ocupados ou executados, em 31 de dezembro do exercício de referência e dos dois exercícios anteriores, de forma indireta por pessoas em decorrência de contratação de mão de obra.

Quantidade no Final do Exercício: Devem ser informadas, para cada cargo ou atividade, as quantidades de servidores que se enquadravam nas respectivas situações no final dos três exercícios especificados.

Ingressos no Exercício: Número de pessoas contratadas no exercício de referência do relatório de gestão para o exercício de cargos ou atividades contemplados no plano de cargos do órgão a que se vincula a unidade.

Egressos no Exercício: Número de pessoas que ocupavam cargo ou exerciam atividade contemplada no plano de cargos do órgão em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência do relatório de gestão e que foram dispensadas, sem reposição, no exercício de referência do relatório.

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão: Na análise crítica da situação, a UJ deve considerar as disposições do Acórdão 2081/2012 – TCU- Plenário e do art. 1, §2º, do Decreto 2.271/1997, caso integrante da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e do Acórdão 2303/2012 TCU-Plenário, caso represente estatal federal, e consignar, entre outras informações que julgar conveniente, as seguintes:

- a) dispositivo legal, se houver, que ampara a contratação de pessoas de forma indireta para o exercício de cargos ou atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão;
- b) medidas adotadas para a completa substituição das pessoas terceirizadas por servidores contratados por meio de concurso público, caso a terceirização não esteja amparada por ato legal ou normativo específico;
- c) cronograma de previsão de substituição ou de dispensa de terceirizados irregulares;
- d) em relação à letra “b” acima, caso a UJ tenha recorrido a instâncias internas ou externas para a adoção das medidas necessárias à substituição, a UJ deve informar os dados dos documentos expedidos: tipo, número, destinatário, síntese da solicitação, resposta obtida, etc.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Esta UJ não dispõe de competência regimental para realizar tais análises, que são efetivas pela unidade central da entidade, em Brasília, que detém os dados de todas as unidades estaduais, unificando os números acerca do perfil atual do quadro de servidores, e realiza a interface junto à área competente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de realização de concurso público para determinados cargos, bem como acerca de sugestões de planos de cargos e salários dos servidores.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Idem ao item 7.1.5.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

As informações sobre a terceirização regular de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada devem ser tratadas considerando as orientações contidas nos subitens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3 e 7.2.4, as quais remetem ao preenchimento de três quadros. O primeiro trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o segundo, dos demais terceirizados contratados para desenvolvimento de atividades em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão e o terceiro, da contratação de estagiários.

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

O **Quadro A.7.2.1** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2014, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2014, mesmo que não efetivados no exercício. Este quadro deve ser preenchido conforme a descrição abaixo.

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual no Estado de Mato Grosso do Sul													
UG/Gestão: 255.012/36.211						CNPJ: 26.989.350/0526-98							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	11/2012	10692767/0001-82	27.07.2012	27.07.2014	8	8					E
2013	V	O	04/2013	04.923.655/0001-92	21.03.2013	21.03.2018	10	10					P
2014	L	O	08/2014	14.846.479/0001-96	11.08.2014	11.08.2019	8	8					A
Observações: Vigilância: 02 postos de 24 horas (4 por posto) e um de 12 horas (02 por posto) : Total 10 pessoas.													

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Seção de Recursos logísticos - Salog.]

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O **Quadro A.7.2.2** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2014, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2014, mesmo que não efetivados no exercício. Excecuam-se deste quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.7.2.1 anterior.

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante																	
Nome: Superintendência Estadual no Estado de Mato Grosso do Sul - Suest.MS																	
UG/Gestão: 255.012/ 36.211						CNPJ: 26.989.350/0526-98											
Informações sobre os Contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.				
					Início	Fim	F		M		S						
							P	C	P	C	P	C					
2012	4, 5, 7, 12	O	13/2012	02.818.890/0001-79	22.08.2012	22.08.2017	4	4	2	2	9	9					P
Observações:																	

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Seção de Recursos Logísticos - Salog

Observações: Comentários de interesse do gestor.

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

A Superintendência Estadual no Estado de Mato Grosso do Sul - Suest.MS firmou três contratos de prestação de serviços, sendo um com a PGA Serviços Terceirizados Ltda. - EPP para Prestação de Serviços Terceirizados de limpeza, conservação e higienização, outro com a empresa Repressão Vigilância e Segurança Ltda. para prestação de serviço de vigilância armada e a empresa Clarear Prestadora de Serviços Ltda. para prestação de serviços terceirizados de auxiliar de serviços diversos nível I (25 pessoas), recepcionista (2 pessoas) , manutenção de edifício (2 pessoas), telefonista (2 pessoas) e copeiro (2 pessoas)

Todos contratos estão vigentes e para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato foram designados servidores para atuarem como fiscal técnico e fiscal administrativo, e assim verificarem a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

7.2.4 Contratação de Estagiários

O **Quadro A.7.2.4** abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ e somente deverá ser preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. O Quadro A.7.2.4 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	17	16	16	15	R\$ 84.864,00
1.1 Área Fim	12	10	10	9	R\$ 54.366,00
1.2 Área Meio	5	6	6	6	R\$ 30.498,00
2. Nível Médio	24	24	25	21	R\$ 69.513,00
2.1 Área Fim	6	5	6	5	R\$ 16.269,00
2.2 Área Meio	18	19	19	16	R\$ 53.244,00
3. Total (1+2)	41	40	41	36	R\$ 154.377,00

7.3 Revisão de Contratos Vigentes

Atendendo o disposto nos Art. 7º da lei 12.546/2011 e art. 2º do Decreto 7.828/2012, a Funasa iniciou o seu cumprimento com a consulta jurídica à Procuradoria Geral Federal, que por meio Parecer nº 851/2014/PGF firmou o entendimento acerca da aplicação da desoneração da folha de pagamento.

Após a manifestação jurídica, foram iniciadas as discussões no âmbito administrativo para fins de análise dos contratos atingidos pelos normativos.

Considerando a complexidade envolvida, a deliberação é que sejam constituídos grupos de trabalho que se debruçará na análise pertinente de forma a efetivar a revisão dos valores.

O referido parecer foi encaminhado às Superintendências Estaduais para conhecimento.

A Funasa está envidando esforços para a constituição dos Grupos de Trabalho para a revisão dos contratos vigentes, bem como, identificando ocorrências, estas possam ser sanadas, detalhando cada um deles.

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;**

DECRETO Nº 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990. (Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.)

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências)

DECRETO Nº 1.305, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1994 – (Regulamenta a Lei nº 8.722, de 27 de outubro de 1993, que torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata e dá outras providências.)

LEI Nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996 (Os servidores públicos federais, dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial, poderão dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertençam)

Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)

RESOLUÇÃO Nº 14/98 (Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências)

LEI Nº 11.638/2007 (Depreciação Contábil Segundo os Critérios da Lei)

DECRETO Nº 6.087, DE 20 DE ABRIL DE 2007. (Altera os arts. 5º, 15 e 21 do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material, e dá outras providências)

DECRETO Nº 6.403, DE 17 DE MARÇO DE 2008. (Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008. (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.)

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A Fundação Nacional de Saúde (**FUNASA**), órgão executivo do Ministério da Saúde, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É também a instituição responsável por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionada com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a **FUNASA** detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A **Funasa** presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental.

Os investimentos visam intervir no meio ambiente, na infra-estrutura dos municípios de até 50 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **FUNASA** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **FUNASA** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **FUNASA** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **FUNASA** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Na área de Saúde Ambiental, compete a **FUNASA** planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas: à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental; ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental

Em Mato Grosso do Sul a **FUNASA** mantém parcerias através de convênios com todos os 78 Municípios e também com o Estado, além de contratação de empresas para a execução diretas de obras.

A importância e o impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unidade Jurisdicionadas são de transcendência e magnitude vital, principalmente se considerarmos a extensão territorial do Estado, a carência de oferta de transporte coletivo, o perfil dos nossos principais parceiros composta de Municípios de pequeno porte e ações da missão institucional que é levar saneamento básico às áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas, quase sempre localizadas em lugares de difícil acesso.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

PLANILHA I
FONTE PESQUISA VALOR DE MERCADO; <http://www.fipe.org.br>

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Valor/mercado
53774	BGY2252	Ford	9BFKT7236MDB58687	1991	IV/B2	MS	32.993,00
224028	CDV1780	Chevrolet	9BG124AC03C404932	2002	IV/G	MS	32.093,00
224029	CDV1786	Chevrolet	9BG124AC03C404629	2002	IV/G	MS	32.093,00
224027	CMW0763	Chevrolet	9BG124AC03C404353	2002	IV/G	MS	32.093,00
205054	HQH0302	Ford	9BFNXXLM5JDB92768	1988	IV/B2	MS	27.157,00
51955	HQH0341	Ford	LA7GZC20038	1981	IV/B2	MS	22.716,00
53786	HQH0371	Ford	LA7GGB41343	1986	IV/B2	MS	27.103,00
NULL	HQH1462	Mercedes Benz	34403312049650	1973	IV/B2	MS	33.965,00
53775	HQH7528	Toyota	9BRBJ0160Y1021737	2000	IV/C2	MS	42.178,00
53776	HQH7531	Chevrolet	9BGSC68Z0YC201074	2000	IV/C2	MS	42.178,00
21002236	HQH7670	Fiat	9BD17302514008002	2001	IV/F	MS	14.415,00
150558	HQH7723	Fiat	9BD178843Y2261312	2000	IV/C2	MS	12.107,00
150507	HQH7724	Fiat	9BD178843Y2261304	2000	IV/C2	MS	12.107,00
150559	HQH7725	Fiat	9BD178843Y2261288	2000	IV/C2	MS	12.107,00
150550	HQH7745	Chevrolet	9BG138BC01C403766	2000	IV/G	MS	33.249,00
53771	HQH7911	Ford	8AFDR12DX1J194196	2001	IV/F	MS	29.820,00
53768	HQH8381	Ford	8AFER11F22J249863	2002	IV/G	MS	31.220,00
53770	HQH8382	Ford	8AFER11F52J250103	2002	IV/G	MS	31.220,00
NULL	HRU8467	Volkswagem	9BWXX2VHP91R103R50	2001	IV/B2	MS	74.171,00
NULL	HRU8484	Volkswagem	9BWXX2VHP11R104085	2001	IV/B2	MS	74.171,00
151052	HSR0116	NISSAN	94DCMUD225J625077	2005	IV/C2	MS	45.194,00
224757	HSR1829	Ford	8AFER13P58J190239	2008	IV/C2	MS	49.186,00
291293	HSR2783	Mitsubishi	93XGNK7409C955127	2009	IV/C2	MS	47.834,00
291294	HSR2784	Mitsubishi	93XGNK7409C955081	2009	IV/C2	MS	47.834,00
291290	HSR2785	Mitsubishi	93XGNK7409C955125	2009	IV/C2	MS	47.834,00
241255	HSR5292	MMC/L200	93XGNK740ACA66379	2010	IV/C2	MS	54.413,00
241256	HSR5293	MMC/L200	93XGNK740ACA66555	2010	IV/C2	MS	54.413,00
277073	HTO1718	Ford	9BFVCE1NOBBB70668	2010	IV/B2	MS	49.186,00
277074	HTO1719	Ford	9BFVCE1NBBB68526	2010	IV/B2	MS	49.186,00
1	HTO1864	Mitsubishi	93XPNK740CCB78517	2011	IV/G	MS	56.162,00
1	HTO1865	Mitsubishi	93XPNK740CCB78502	2011	IV/G	MS	56.162,00

1	HTO1866	Mitsubishi	93XPNK740CCB78558	2011	IV/G	MS	56.162,00
1	HTO1867	Mitsubishi	93XPNK740CCB78605	2011	IV/G	MS	56.162,00
1	HTO1868	Mitsubishi	93XPNK740CCB78784	2011	IV/G	MS	56.162,00
1	HTO1869	Mitsubishi	93XPNK740CCB78635	2011	IV/G	MS	56.162,00
224030	HZQ8581	Toyota	9BRBJ0160Y1021107	1999	IV/G	MS	40.484,00
150508	LNV9987	Chevrolet	9BGST80N02B146968	2002	IV/G	MS	14.837,00
Total							1.571.563,00

Obs; Valor de Mercado por Veiculos fonte (www.fipe.com.br)

PLANILHA II
SITUAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SUEST/MS.

PLACA FINAL - 1

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	HQH-7531	733891551	53766	CORSA WIND.	GM	2000	GASOLINA	ALIENADO
02	HQH-0371	130615846	53786	F.4000	FORD	1986	DIESEL	EM USO
03	HQH-7911	757480764	53771	RANGER XL D	FORD	2001	DIESEL	PARADO
04	HQH-0341	130403156	51955	F-4000	FORD	1981	DIESEL	EM USO
05	HQH-8381	778551791	053768	RANGER XL	FORD	2001	DIESEL	EM USO
06	HQH-0511	131571672		JIPE- 4X4	ENGESA	1988	ALCOOL	PARADO
07	HZQ-8581	729487377	224030	BAND. 4X4	TOYOTA	1999	DIESEL	EM USO
08	HRW-8681	750106581	149090	HONDA XL 125	HONDA	2000	GASOLINA	PARADO

PLACA FINAL - 2

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	HSB-5292	207366152	241255	L-200 4X4	MITSUB	2010	DIESEL	EM USO
02	HQH-0302	131491563	205054	F-11000	FORD	1988	DIESEL	EM USO
03	HQH-8382	778751864	053770	RANGER XL	FORD	2001	DIESEL	EM USO
04	HQH-1462	131578340	AGRAER	M.1113	M. BENZ	1973	DIESEL	EM USO
05	BGY-2252	600782069	53774	F-4000	FORD.	1991	DIESEL	EM USO
06	HQH-7292	729032868	149164	BAND. 4X4	TOYOTA	1999	DIESEL	ALIENADO

PLACA FINAL - 3

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	CMW-0763	794247954	224027	S-10 SIM.	GM	2002	DIESEL	EM USO
02	HQH-7723	751819913	150558	PALIO WEE	FIAT	2000	ALCOOL	EM USO
03	HSB-2783	135510724	291295	L-200 4X4 GL	MITSUB.	2009	DIESEL	EM USO

04	HSH-5293	207364400	241256	L-200 4X4 GL	MITSUB.	2010	DIESEL	EM USO
05	HLR-7913	451488504		DAILY ATHOS	IVECO	2011	DIESEL	EM USO

PLACA FINAL - 4

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	HQH-7724	751820067	155507	PALIO WEK	FIAT	2000	ALC.	EM USO
02	HQH-1404	131913670	205000	FIORINO	FIAT	1991	GASOL.	ALIENADO
03	HSH-2784	135513626	291290	L-200 4X4 GL	MITSB.	2009	DIESEL	EM USO
04	HRU-8484	755150538	*****	VW-13-180	VW	2001	DIESEL	EM USO
05	HTO-1864	325695431	277480	L-200 4X4	MITSB.	2011	DIESEL	EM USO
06	HQH-6554		224527	REBOQUE		****	*****	ALIENADO

PLACA FINAL - 5

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	HQH-7725	751819581	150559	PALIO WEEK.	FIAT	2000	ALCOOL	EM USO
02	HQH-7745	755517474	150550	S-10 CAB. D.4	GM	2000	DIESEL	EM USO
03	HRW-8875	775060143	149091	HONDA XL-125	HONDA	2002	GASOLINA	ALIENADO
04	HTO-1865	325695601		L-200 4X4 GL	MITSUB.	2011	DIESEL	EM USO
05	HSH-2785	135515890	291290	L-200 4X4 GL	MITSUB.	2009	DIESEL	EM USO
06	HQN-9605	132405822		REBOQUE	FAB. PROP.	1996	*****	ALIENADO

PLACA FINAL - 6

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	CDV-1786	794247118	224029	S-10 CAB. SIM.	GM	2002	DIESEL	EM USO
02	HTO-1866	325695571	277482	L-200 4X4 GL	MITSUB.	2011	DIESEL	EM USO
03	HSH-0116	862068940	151052	FRONT. 4X4	NISSAN	2005	DIESEL	EM USO
04	HRV-4966	729366944		REBOQUE	BUENO	1999	*****	ALIENADO
05	HRW-8686	750106921	054225	MOTO XLR 125	HONDA	2000	GASOLINA	ALIENADO
06	HMT-4846	454935927		REB/LANA PEG.	PEGASUS	2012	*****	EM USO

PLACA FINAL - 7

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	HRW-8877	775058742	150551	HONDA XL-125	HONDA	2002	GASOLINA	EM USO
02	HTO-1867	325695644	277483	L-200 4X4 GL	MITSUB.	2011	DIESEL	EM USO
03	HRU-8467	755150449	AGRAER	VW/13.180	VW	2001	DIESEL	EM USO
04	LNV-9987	777401061	150508	PICK-UP COR.	GM	2002	GASOLINA	EM USO

05	HQH-0277	604170668	150564	BAND.CAB.DU.	TOYOTA	1991	DIESEL	ALIENADO
06	HQH-4687	654629242		D-20	GM	1995	DIESEL	EM USO

PLACA FINAL - 8

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	HQH-7528	733505007	53775	BAND. 4X4	TOYOTA	2000	DIESEL	EM USO
02	HTO-1868	325695679	277484	L-200 4X4 GL	MITSUB.	2011	DIESEL	EM USO
03	HTO-1718	303845430	277073	CARGO -815	FORD	2010	DIESEL	EM USO

PLACA FINAL - 9

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	HTO-1869	325695725		L-200 4X4 GL	MITSUB.	2011	DIESEL	EM USO
02	HSH-1829	979891302	224757	RANGER XL	FORD	2008	DIESEL	EM USO
03	HQH-4539	132470020	149166	D-21 4X4	NISSAN	1995	DIESEL	ALIENADO
04	HTO-1719	301770727	277074	CARGO-815 E	FORD	2010	DIESEL	EM USO
05	HRY-1109	800370210	149203	L-200	MITSB.	2003	DIESEL	ALIENADO

PLACA FINAL - 0

ITEM	PLACA	RENAVAM	PAT.	MODELO	MARCA	ANO	COMB.	SITUAÇÃO
01	CDV-1780	794250971	224028	S-10 C. SIM.	GM	2002	DIESEL	EM USO
02	HQH-7670	751563625	21002236	PALIO WEEK	FIAT	2001	GASOL.	EM USO
03	HQH-9550	840892640	149891	BAND. 4X4	TOYOTA	2004	DIESEL	ALIENADO

OBS; VEÍCULOS NO PÁTIO PARA ALEINAÇÃO - 10 =	45.45% FROTA
EM USO----- - 41=	54,55% FROTA
TOTAL FROTA; ----- - 51 =	100.00% FROTA

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

PLANILHA III
GRUPO IV/B2

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
53774	BGY2252	Ford	9BFKT7236MDB58687	1991	IV/B2	MS	0	0
205054	HQH0302	Ford	9BFNXLM5JDB92768	1988	IV/B2	MS	33	6078
51955	HQH0341	Ford	LA7GZC20038	1981	IV/B2	MS	7	769

53786	HQH0371	Ford	LA7GGB41343	1986	IV/B2	MS	15	2757
NULL	HQH1462	Mercedes	3,44033E+13	1973	IV/B2	MS	10	540
NULL	HRU8467	Volkswagem	9BWX2VHP91R103R50	2001	IV/B2	MS	58	1943
NULL	HRU8484	Volkswagem	9BWX2VHP11R104085	2001	IV/B2	MS	81	3036
277073	HTO1718	Ford	9BFVCE1NOBBB70668	2010	IV/B2	MS	56	5342
277074	HTO1719	Ford	9BFVCE1NBBB68526	2010	IV/B2	MS	81	9525
Total							341	29.990

KM RODADO VEICULOS ANO = 29.990 KM.

KM DODADO POR VEICULO ANO MEDIA DE = 3.332 KM.

09 VEICULO = 4.1% DA FROTA EM USO DE 54 CARROS

GRUPO IV/C2

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
53775	HQH7528	Toyota	9BRBJ0160Y1021737	2000	IV/C2	MS	0	0
53776	HQH7531	Chevrolet	9BGSC68Z0YC201074	2000	IV/C2	MS	0	0
52968	HQH7721	Fiat	9BD178843Y2261341	2000	IV/C2	MS	0	0
53779	HQH7722	Fiat	9BD178843Y2261353	2000	IV/C2	MS	0	0
150558	HQH7723	Fiat	9BD178843Y2261312	2000	IV/C2	MS	0	0
150507	HQH7724	Fiat	9BD178843Y2261304	2000	IV/C2	MS	0	0
150559	HQH7725	Fiat	9BD178843Y2261288	2000	IV/C2	MS	0	0
151052	HS0116	NISSAN	94DCMUD225J625077	2005	IV/C2	MS	0	0
224757	HS1829	Ford	8AFER13P58J190239	2008	IV/C2	MS	0	0
291293	HS2783	Mitsubishi	93XGNK7409C955127	2009	IV/C2	MS	51	5831
291294	HS2784	Mitsubishi	93XGNK7409C955081	2009	IV/C2	MS	126	18662
291290	HS2785	Mitsubishi	93XGNK7409C955125	2009	IV/C2	MS	128	16851
241255	HS5292	MMC/L200 4X4	93XGNK740ACA66379	2010	IV/C2	MS	41	5749
241256	HS5293	MMC/L200 4X4	93XGNK740ACA66555	2010	IV/C2	MS	109	16635
Total							455	63.728

I. GRUPO IV/C2 10 VEICULOS RODADO 63.728 KM. ANO

II. MEDIA DE KM DODADO POR VEICULO 4.552 KM ANO

GRUPO IV/F

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
21002236	HQH7670	Fiat	9BD17302514008002	2001	IV/F	MS	131	6791
150560	HQH7907	Ford	8AFDR12DX1J188592	2001	IV/F	MS	0	0
53771	HQH7911	Ford	8AFDR12DX1J194196	2001	IV/F	MS	0	0
Total							131	6791

III. GRUPO IV/F 03 VEICULOS RODADO 6.791 KM. ANO

IV. MEDIA DE KM DODADO POR VEICULO 2.264 KM ANO

GRUPO IV/G

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Dias Trab.	KM Rodados
224028	CDV1780	Chevrolet	9BG124AC03C404932	2002	IV/G	MS	25	1102
224029	CDV1786	Chevrolet	9BG124AC03C404629	2002	IV/G	MS	19	1261
224027	CMW0763	Chevrolet	9BG124AC03C404353	2002	IV/G	MS	76	3130
150550	HQH7745	Chevrolet	9BG138BC01C403766	2000	IV/G	MS	0	0
53768	HQH8381	Ford	8AFER11F22J249863	2002	IV/G	MS	0	0
53770	HQH8382	Ford	8AFER11F52J250103	2002	IV/G	MS	0	0
1	HTO1864	Mitsubishi	93XPNK740CCB78517	2011	IV/G	MS	180	24420
1	HTO1865	Mitsubishi	93XPNK740CCB78502	2011	IV/G	MS	104	18230
1	HTO1866	Mitsubishi	93XPNK740CCB78558	2011	IV/G	MS	175	33119
1	HTO1867	Mitsubishi	93XPNK740CCB78605	2011	IV/G	MS	173	32542
1	HTO1868	Mitsubishi	93XPNK740CCB78784	2011	IV/G	MS	134	25018
1	HTO1869	Mitsubishi	93XPNK740CCB78635	2011	IV/G	MS	168	34485
224030	HZQ8581	Toyota	9BRBJ0160Y1021107	1999	IV/G	MS	0	0
150508	LNV9987	Chevrolet	9BGST80N02B146968	2002	IV/G	MS	0	0
Total							1054	173307

V. GRUPO IV/G 14 VEICULOS RODADO 173.307 KM. ANO

VI. MEDIA DE KM DODADO POR VEICULO 12.379 KM ANO

1 **Idade média da frota, por grupo de veículos;**

➤ **Veículos Em uso em 2014**

PLANILHA IV
GRUPO IV/B2

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
53774	BGY2252	Ford	9BFKT7236MDB58687	1991	IV/B2	MS	23
NULL	HQH1462	Mercedes Benz	3,44033E+13	1973	IV/B2	MS	42
51955	HQH0341	Ford	LA7GZC20038	1981	IV/B2	MS	33
53786	HQH0371	Ford	LA7GGB41343	1986	IV/B2	MS	38

205054	HQH0302	Ford	9BFNXXLM5JDB92768	1988	IV/B2	MS	26
NULL	HRU8467	Volkswagem	9BWX2VHP91R103R50	2001	IV/B2	MS	13
NULL	HRU8484	Volkswagem	9BWX2VHP11R104085	2001	IV/B2	MS	13
277073	HTO1718	Ford	9BFVCE1NOBBB70668	2010	IV/B2	MS	4
277074	HTO1719	Ford	9BFVCE1NBBB68526	2010	IV/B2	MS	4
Total							196
Media							22 Anos

GRUPO IV/ C2

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
53775	HQH7528	Toyota	9BRBJ0160Y1021737	2000	IV/C2	MS	14
53776	HQH7531	Chevrolet	9BGSC68Z0YC201074	2000	IV/C2	MS	14
150558	HQH7723	Fiat	9BD178843Y2261312	2000	IV/C2	MS	14
150507	HQH7724	Fiat	9BD178843Y2261304	2000	IV/C2	MS	14
150559	HQH7725	Fiat	9BD178843Y2261288	2000	IV/C2	MS	14
151052	HSH0116	NISSAN	94DCMUD225J625077	2005	IV/C2	MS	9
224757	HSH1829	Ford	8AFER13P58J190239	2008	IV/C2	MS	6
291293	HSH2783	Mitsubishi	93XGNK7409C955127	2009	IV/C2	MS	5
291294	HSH2784	Mitsubishi	93XGNK7409C955081	2009	IV/C2	MS	5
291290	HSH2785	Mitsubishi	93XGNK7409C955125	2009	IV/C2	MS	5
241255	HSH5292	MMC/L200 4X4	93XGNK740ACA66379	2010	IV/C2	MS	4
241256	HSH5293	MMC/L200 4X4	93XGNK740ACA66555	2010	IV/C2	MS	4
Total							108
Média							9 Anos

GRUPO IV/ F

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
21002236	HQH7670	Fiat	9BD17302514008002	2001	IV/F	MS	13
53771	HQH7911	Ford	8AFDR12DX1J194196	2001	IV/F	MS	13
Total							26
Média							13 Anos

GRUPO IV/ G

Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local	Idade Veículos
224030	HZQ8581	Toyota	9BRBJ0160Y1021107	1999	IV/G	MS	15

150550	HQH7745	Chevrolet	9BG138BC01C403766	2000	IV/G	MS	14
224028	CDV1780	Chevrolet	9BG124AC03C404932	2002	IV/G	MS	12
224029	CDV1786	Chevrolet	9BG124AC03C404629	2002	IV/G	MS	12
224027	CMW0763	Chevrolet	9BG124AC03C404353	2002	IV/G	MS	12
53768	HQH8381	Ford	8AFER11F22J249863	2002	IV/G	MS	12
53770	HQH8382	Ford	8AFER11F52J250103	2002	IV/G	MS	12
150508	LNV9987	Chevrolet	9BGST80N02B146968	2002	IV/G	MS	12
1	HTO1864	Mitsubishi	93XPNK740CCB78517	2011	IV/G	MS	3
1	HTO1865	Mitsubishi	93XPNK740CCB78502	2011	IV/G	MS	3
1	HTO1866	Mitsubishi	93XPNK740CCB78558	2011	IV/G	MS	3
1	HTO1867	Mitsubishi	93XPNK740CCB78605	2011	IV/G	MS	3
1	HTO1868	Mitsubishi	93XPNK740CCB78784	2011	IV/G	MS	3
1	HTO1869	Mitsubishi	93XPNK740CCB78635	2011	IV/G	MS	3
Total							119
Média							9 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

PLANILHA V - A

GASTO COM OFICINA EM PEÇAS 2014

Nome Favorecido	Elemento	Valores	Processo
DUTRA OFICINA & OFICINAS EIRELI	3339030	91.031,70	25185.003.952/2014-07
Total		91.031,70	

PLANILHA V - B

GASTO COM OFICINA EM SERVIÇOS 2014

Nome Favorecido	Elemento	Valores	Processo
DUTRA OFICINA & OFICINAS EIRELI	333903919	54.763,42	25185.003.952/2014-07
		54.763,42	

PLANILHA V - C

GASTO COM PNEUS EM 2014

Nome Favorecido	Elemento	Valores	Processo
GP PNEUS E MOTOS LTDA (RS)	333903039	2.400,00	25185.015.235/2013-39

GP PNEUS E MOTOS LTDA (RS)	333903039	3.700,00	25185.015.235/2013-39
RODA BRASIL COM. DE PEÇAS P/ VEI LTDA (SC)	333903039	10.305,76	25185.015.235/2013-39
RODA BRASIL COM. DE PEÇAS P/ VEI LTDA (SC)	333903039	13.428,00	25185.015.235/2013-39
LUKAUTO COM PENUMATICO E PÇ LTDA (PR)	333903039	26.338,80	25185.015.235/2013-39
LUKAUTO COM PENUMATICO E PÇ LTDA (PR)	333903039	5.592,20	25185.015.235/2013-39
AUTOMPÇ E DISTRIB. MODELO LTDA (SC)	333903039	13.560,00	25185.015.235/2013-39
AUTOMPÇ E DISTRIB. MODELO LTDA (SC)	333903039	15.519,84	25185.015.235/2013-39
AUTOMPÇ E DISTRIB. MODELO LTDA (SC)	333903039	27.360,00	25185.015.235/2013-39
LUKAUTO COM PENUMATICO E PÇ LTDA (PR)	333903039	1.559,40	25185.015.235/2013-39
LUKAUTO COM PENUMATICO E PÇ LTDA (PR)	333903039	2.725,20	25185.015.235/2013-39
RODA BRASIL COM. DE PEÇAS P/ VEI LTDA (SC)	333903039	957,60	25185.015.235/2013-39
LUKAUTO COM PENUMATICO E PÇ LTDA (PR)	333903039	1.564,80	25185.015.235/2013-39

125.011,60

OBS: INFORMAÇÕES IMPORTANTES

✓ Considerando que só foram utilizado 50% das frota existente, com gastos.
✓ 41 veículos Manutenções (peças, serviços e revisão) o valor médio por carro é de R\$ 4.552,42
✓ 42 veículos utilizaram pneus a um valor médio de R\$ 0,00 por carro.
✓ 51 veículos utilizaram combustível a um valor médio de R\$ 3.647,89 por carro.

PLANILHA V - D

PLANILHA DE COMBUSTIVEL TICKET CAR 2014						
MÊS	DIADM		DIESP		TOTAL GERAL	
	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR PAGO	QTD. LITRO
1	1.160,62	396,80	2.646,30	987,43	3.806,92	1.384,23
2	1.221,41	426,38	4.965,56	1.853,72	6.186,97	2.280,10
3	2.761,50	986,83	19.020,05	7.062,77	21.781,55	8.049,60
4	1.229,55	443,44	16.130,75	5.983,60	17.360,30	6.427,04
5	1.382,27	497,92	17.200,81	6.307,76	18.583,08	6.805,68

6	1.886,81	687,43	16.480,54	6.091,51	18.367,35	6.778,94
7	1.383,13	502,57	14.438,86	5.432,63	15.821,99	5.935,20
8	620,94	277,02	11.550,42	4.328,82	12.171,36	4.605,84
9	1.386,04	511,52	12.003,48	4.309,67	13.389,52	4.821,19
10	862,79	310,84	20.250,78	7.612,66	21.113,57	7.923,50
11	1.148,50	414,81	17.876,11	6.529,67	19.024,61	6.944,48
12	2.264,37	793,35	11.056,80	3.991,83	13.321,17	4.785,18
	17.307,93	6.248,91	163.620,46	60.492,07	180.928,39	66.740,98

ITEM	QTD	EQUIPAMENTO	GTD LITRO	VALOR GASTO
1	28	VEICULOS (SUEST/SOTRA/DIESP)	44.041,35	119.911,71
2	8	MAQUINA PERFURAÇÃO POÇO (DIESP)	22.699,63	61.016,68
	36		66.740,98	180.928,39

DT 110

Coordenação: COORDENAÇÃO REGIONAL MATO GROSSO DO SUL																						
Mês: -															Ano: 2014							
IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS							Dia s Tra b.	OPERAÇÃO						MANUTENÇÃO		CUSTOS (R\$)						
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local		KM Rodados		Combustíveis(Lts,M ³)				Óleo Motor Troc. ou Adicionado	Outro Óleo Troc. ou Adicionado	Combustível	Lubrificação	Material ou peças aplicadas	Serviços	TOTAL	R\$ (Km)	
							No Mês	Total Acu.	Gasolina	Álcool	Diesel	Gas Nat.	Km/Lt.									
774891	AOZ1175	Chevrolet	8AGSA19908R114055	2007/2008	IV/C2	MS	115	5551	48664	605,59	0	0	0	9.17	0.00	0	1,750.30	0.00	1,130.14	163.30	3,043.74	0,54
224028	CDV1780	Chevrolet	9BG124AC03C404932	2002/2003	IV/G	MS	25	1102	234045	0	0	165,3	0	6.67	0.00	0	435.17	0.00	0.00	0.00	435.17	0,39
224029	CDV1786	Chevrolet	9BG124AC03C404629	2002/2003	IV/G	MS	19	1261	270958	0	0	124,21	0	10.15	0.00	0	339.47	0.00	0.00	0.00	339.47	0,26
224027	CMW0763	Chevrolet	9BG124AC03C404353	2002/2003	IV/G	MS	76	3130	257535	0	0	345,96	0	9.05	0.00	0	908.93	0.00	0.00	0.00	908.93	0,29
000	HLR7913	Iveco	93ZK42AO1C8433736	2011/2012	IV/D	MS	35	2313	4158	0	0	371,23	0	6.23	0.00	0	1,010.35	0.00	0.00	0.00	1,010.35	0,43
205054	HQH0302	Ford	9BFNXXLM5JD B92768	1988/1988	IV/B2	MS	33	6078	167244	0	0	1854,63	0	3.28	0.00	0	5,039.39	0.00	0.00	0.00	5,039.39	0,82
051955	HQH0341	Ford	LA7GZC20038	1981/1981	IV/B2	MS	7	769	144752	0	0	132,44	0	5.81	0.00	0	348.93	0.00	0.00	0.00	348.93	0,45
053786	HQH0371	Ford	LA7GGB41343	1986/1986	IV/B2	MS	15	2757	291283	0	0	689,13	0	4.00	0.00	0	1,827.68	0.00	0.00	0.00	1,827.68	0,66
NULL	HQH1462	Mercedes Benz	34403312049650	1973/1973	IV/B2	MS	10	540	172421	0	0	539	0	1.00	0.00	0	1,457.90	0.00	0.00	0.00	1,457.90	2,69

000	HQH4687	Chevrolet	8AG244NBSSA106663	1995/1995	IV/G	MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	734.65	374.08	1,108.73	1108,73
053776	HQH7531	Chevrolet	9BGSC68Z0YC201074	2000/2000	IV/C2	MS	40	2282	8833	280,63	0	0	0	8.13	0,00	0	856.93	0,00	0,00	0,00	0,00	856.93	0,37
21002236	HQH7670	Fiat	9BD17302514008002	2001/2001	IV/F	MS	131	6791	169372	888,34	0	0	0	7.64	0,00	0	2,646.24	0,00	0,00	0,00	0,00	2,646.24	0,38
150507	HQH7724	Fiat	9BD178843Y2261304	2000/2000	IV/C2	MS	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	134.00	134.00	134
150550	HQH7745	Chevrolet	9BG138BC01C403766	2000/2000	IV/G	MS	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	951.49	581.82	1,533.31	1533,31
NULL	HRU8467	Volkswagen	9BW2VHP91R103R50	2001/2001	IV/B2	MS	58	1943	115227	0	0	653,29	0	2.97	0,00	0	1,687.50	0,00	0,00	0,00	0,00	1,687.50	0,86

Coordenação: COORDENAÇÃO REGIONAL MATO GROSSO DO SUL

Mês: -

Ano: 2014

IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS							Dias Trab.	OPERAÇÃO						MANUTENÇÃO		CUSTOS (R\$)						
Patrimônio Funasa	Placa	Marca	Chassi	Ano	Grupo	Local		KM Rodados		Combustíveis(Lts.M ³)				Óleo Motor Troc. ou Adicionado	Outro Óleo Troc. ou Adicionado	Combustível	Lubrificação	Material ou peças aplicadas	Serviços	TOTAL	R\$ (Km)	
								No Mês	Total Acu.	Gasolina	Álcool	Diesel	Gas Nat.									Km/Lt.
NULL	HRU8484	Volkswagen	9BW2VHP11R104085	2001/2001	IV/B2	MS	81	3036	300305	0	0	875,62	0	3.47	0,00	0	2,345.06	0,00	2,080.89	1,679.50	6,105.45	2,01
291293	HSH2783	Mitsubishi	93XGNK7409C955127	2009/2009	IV/C2	MS	51	5831	138994	0	0	725,55	0	8.04	0,00	0	1,934.89	0,00	0,00	160.00	2,094.89	0,35
291294	HSH2784	Mitsubishi	93XGNK7409C955081	2009/2009	IV/C2	MS	126	18662	187137	0	0	2111,11	0	8.84	0,00	0	5,703.25	0,00	3,061.43	1,117.02	9,881.70	0,52
291290	HSH2785	Mitsubishi	93XGNK7409C955125	2009/2009	IV/C2	MS	128	16851	148618	0	0	2186,51	0	7.71	0,00	0	5,849.47	0,00	0,00	0,00	5,849.47	0,34
241255	HSH5292	MMC/L200 4X4	93XGNK740AC A66379	2010/2010	IV/C2	MS	41	5749	104532	0	0	852,4	0	6.74	0,00	0	2,350.27	0,00	6,534.48	1,618.98	10,503.73	1,82
241256	HSH5293	MMC/L200 4X4	93XGNK740AC A66555	2010/2010	IV/C2	MS	109	16635	106794	0	0	2117,49	0	7.86	0,00	0	5,701.90	0,00	3,382.33	404.07	9,488.30	0,57
277073	HTO1718	Ford	9BFVCE1NOBB B70668	2010/2011	IV/B2	MS	56	5342	24909	0	0	1718,13	0	3.11	0,00	0	4,627.28	0,00	0,00	0,00	4,627.28	0,86
277074	HTO1719	Ford	9BFVCE1NBBB 68526	2010/2011	IV/B2	MS	81	9525	41345	0	0	2154,01	0	4.42	0,00	0	5,776.32	0,00	3,514.05	763.62	10,053.99	1,05
0001	HTO1864	Mitsubishi	93XPKN740CC B78517	2011/2012	IV/G	MS	180	24420	98879	0	0	3165,63	0	7.71	0,00	0	8,595.01	0,00	0,00	0,00	8,595.01	0,35
001	HTO1865	Mitsubishi	93XPKN740CC B78502	2011/2012	IV/G	MS	104	18230	87377	0	0	2452,59	0	7.43	0,00	0	6,645.88	0,00	0,00	0,00	6,645.88	0,36
001	HTO1866	Mitsubishi	93XPKN740CC B78558	2011/2012	IV/G	MS	175	33119	109032	0	0	4000,24	0	8.28	0,00	0	10,847.78	0,00	0,00	60.00	10,907.78	0,32
001	HTO1867	Mitsubishi	93XPKN740CC B78605	2011/2012	IV/G	MS	173	32542	107032	0	0	4005,21	0	8.12	0,00	0	10,891.38	0,00	0,00	0,00	10,891.38	0,33
001	HTO1868	Mitsubishi	93XPKN740CC B78784	2011/2012	IV/G	MS	134	25018	96020	0	0	3484,75	0	7.18	0,00	0	9,399.77	0,00	3,681.55	1,217.58	14,298.90	0,57
001	HTO1869	Mitsubishi	93XPKN740CC B78635	2011/2012	IV/G	MS	168	34485	75320	0	0	4070,92	0	8.47	0,00	0	11,025.52	0,00	2,453.34	300.84	13,779.70	0,39

Ajuda para Impressão

g) Plano de substituição da frota;

ANEXO IV - PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PAAV									
Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008									
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISG		MINISTÉRIO ⁰¹ ÓRGÃO / ENTIDADE: <u>MINISTERIO DA SAUDE - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE-SUEST-MS.</u>							ANO DE VIGÊNCIA <u>2014</u>
VEÍCULOS A ADQUIRIR					VEÍCULOS A SUBSTITUIR				
⁰³ CARACTERÍSTICAS	GRUPO	⁰⁴ TRIMESTRE	⁰⁵ QUANTIDADE	⁰⁶ TIPO / MARCA / MODELO	⁰⁷ PLACA	UF	ANO	GRUPO	
(DENSP) Caminhão – MERCEDES BENZ, VW, SCANIA, VOLVO, IVECO, FORD ou SIMILAR, para fazer transporte de cargas tais como: Tubos; equipamentos de perfuração de poços profundos, etc. Sendo 02 de 12 Ton, 02 de 15 Ton equipados com Munk, sendo o Munk para 10 Ton, para transporte dos compressores. E 02 Ford F-4000 ou similar para transporte de água modelo Caminhão Pipa.	IV		06	FORD – F 4.000 FORD – F 4.000 FORD – F 4.000 FORD – F 11.000 MERCEDEZ BENZ – 11.113 VW – 11.130 VW – 11.130	HQH-0341 HQH-0371 HQH-0302 HQH-1462 HRU-8484 HRU-8484 HRU-8467		1983 1981 1986 1988 1973 2001 2001	IVB2	
(ADMINISTRAÇÃO) Automóveis Passeio GM-Corsa, FIAT Palio, RENAULT Logan ou SIMILAR 04 portas, para atendimento aos Serviços Administrativos	IV		04						

(ADMINISTRAÇÃO) Camioneta PICK-UP MÉDIA CABINE DUPLA, GM S-10, MITSUBISHI L-200, TOYOTA Hilux, FORD Ranger, NISSAN Frontier ou SIMILAR 4X4, 04 portas, para atendimento de deslocamento de servidores em viagens de supervisão de convênios e do recém criado Serviço de saúde Ambiental.	IV		10					
(DENSP) Camioneta PICK-UP MÉDIA CABINE DUPLA, GM S-10, MITSUBISHI L-200, TOYOTA Hilux, FORD Ranger, NISSAN Frontier ou SIMILAR 4X4, para transportar as equipes de engenheiros e técnicos que promovem o gerenciamento e acompanhamento das obras diretas e de convênios.	IV		10	FORD -RANGER	HQH-7911			IV-A

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

- Considerando Em Relação de optar por continuar com a frota existente devida de já termo uma sistema já implantadas com as viaturas e oficiais, e os tipo de trabalho executado Pela Superintendência Estadual de Mato Grosso do Sul. Com visita em educação e saúde, Controle de água, Visita de engenharia nas obras, Visita Equipe técnica nas Prefeituras em convênios.
- Considerando Que esta SUEST/MS. Não tem estudo e nem projeto de valores gasto em media por locação,
- Considerando que o sistema esta levando mais de 90 dias para executar uma Licitação, só podendo dentro do exercício.
- Considerando que já passamos por dificuldade. Em contrato Esta SUEST/MS. Optou em manter a frota existente.
- Considerando que o custos Beneficio estar dentro da media e ainda temos resguardado um patrimônio.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A- Considerando Que SUEST/MS. Possui um prédio próprio onde funciona o setor de transporte com mais de 1000m², com escritório garagem coberta para 40 veículos estacionamento para 200 viaturas. Um Quadro de servidores de transporte;

- a) B- A estrutura desta SUEST/MS segue padrão. E controlado por sistema Informatizada Conforme portaria anexo;

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA NR. 781, DE 24 DE MAIO DE 2006

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA, no uso das atribuições que lhe confere art. 14, inciso XII, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.727, de 9 de junho de 2003, e,

Considerando o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando que, nos termos do artigo 161, inciso XII, do Regimento Interno da FUNASA, compete ao Presidente expedir instruções e orientações normativas destinadas ao aperfeiçoamento, à padronização e racionalização dos serviços administrativos;

Considerando a necessidade de expedição de um roteiro de recomendações administrativas que colaborem com o aperfeiçoamento do serviço das diversas Unidades da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, RESOLVE:

ART. 1º IMPLEMENTAR e institucionalizar o Sistema de Informação de Controle de Transportes – SICOTWEB da FUNASA, com operação e controle informatizados, obedecidos às normas desta Portaria no âmbito da FUNASA:

I - O Sistema de Informação de Controle de Transportes – SICOTWEB tem por objetivo básico, coletar e transmitir dados gerados nas unidades que integram o Sistema de Informação para controle de Transporte, bem como produzir e disseminar as informações gerenciais de atividade logística de transporte, tornando disponível o acompanhamento de informações indispensáveis para o controle de transportes da FUNASA.

II - O Sistema de Informação de Controle de Transportes – SICOTWEB da FUNASA, abrange os usuários da Presidência e das Unidades Regionais, sendo alimentado por todas as unidades desta Fundação.

III - Os procedimentos operacionais do SICOTWEB constam no Manual de Utilização - MUT, disponível na Intranet.

IV - À Coordenação de Informática -COINF compete:

- a) Cadastrar e permitir o acesso de usuários ao sistema Sicotweb assim

como a devida exclusão dos mesmos, com o aval da Coordenação de Serviços Gerais - COSEG/Serviço de Atividade Auxiliares - SEATA ;

b) Promover os devidos ajustes necessários solicitados pelas CORES e Unidades internas por meio da COSEG/SEATA;

c) Apresentar o Sistema, sempre que for solicitado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e pelo Ministério da Saúde;

d) Proceder à veiculação, em rede, de normas direcionadas aos usuários informando sobre os eventuais ajustes surgidos no SICOTWEB.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO LUSTOSA

– **O sistema SICOTWEB. Tem o perfil:**

Consumo (Combustível/Peça/Serviço)
Movimentação do Veículo
Cadastro de Veículo
Cadastro de Combustível do Veículo
Cadastro de Multa, Licenciamento e Seguro
Cadastro de Sinistro
Cadastro de Doador
Cadastro de Doação
Cadastro de Fornecedor
Cadastro de Contrato
Cadastro de Nota de Empenho
Justificativa de Gasto

[--] Relatórios

[+] Relatório de Motoristas

- Relatório de Veículo

- DT 110

<http://sis.funasa.gov.br/>

- ❖ SCDWEB - Sistema de Controle de Documentos
- ❖ SICOTWEB - Sistema de Controle de Transporte
- ❖ TICKET.COM.BR – Sistema de Controle de Combustível

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

NAO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1	18	18
	Município 01- AMAMBAI	1	1
	Município 02- BELA VISTA	2	2
	Município 03- CAMPO GRANDE	1	1
	Município 05- CAARAPÓ	1	1
	Município 06- CARACOL	2	2
	Município 07- DOURADOS	1	1
	Município 08- GUIA LOPES DA LAGUNA	1	1
	Município 09- JARDIM	2	2
	Município 10- MIRANDA	1	1
	Município 11- PARANAÍBA	2	2
	Município 12- PORTO MURTINHO	2	2
	Município 13- TACURU	1	1
	Município 14- TRÊS LAGOAS	1	1
	Subtotal Brasil		18
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0

Total (Brasil + Exterior)	18	18
----------------------------------	-----------	-----------

Fonte: Spiunet

Análise crítica:

A reavaliação dos imóveis será realizadas por Empresa Terceirizada Linkdata, no âmbito da Funasa e conforme cronograma recebido do Sepat/Bsb, anexo, a realização dos bens imóveis da Suest/MS será no período de 25/05/2015 à 12/06/2015, quando então será realizada a atualização das informações no Spiunet.

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
2550 12	9011.00039. 500-0	Funasa/Próprio	3	238.346,18	18/05/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9055.00016. 500-6	Funasa/Próprio	5	443.600,00	31/12/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9073.00151. 500-9	Funasa/Próprio	3	990.598,85	09/05/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9041.00034. 500-4	5	3	311.608,54	15/04/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9041.00036. 500-5	5	3	46.823,10	15/04/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9081.00013. 500-9	5	3	90.170,49	13/05/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9099.00017. 500-3	5	3	721.328,15	08/04/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9111.00021. 500-8	Funasa/Próprio	3	455.324,06	30/12/2011	0,00	0,00	
2550 12	9125.00029. 500-1	5	3	49.421,77	05/05/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9125.00031. 500-2	8	3	13.363,20	05/05/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9137.00140. 500-9	5	5	84.318,78	11/05/2011	0,00	0,00	0,00

2550 12	9815.00011. 500-0	Funasa/Pro prio	5	531.890,00	31/12/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9099.00021. 500-5	5	3	68.145,28	06/05/2011	0,00		
2550 12	9053.00011. 500-2	5	3	70.603,99	15/04/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9053.00009. 500-1	5	4	109.507,14	15/04/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9137.00150. 500-3	5	4	193.999,54	05/05/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	9165.00124. 500-7	5	3	716.662,09	05/05/2011	0,00	0,00	0,00
2550 12	905100223.5 00-9	3	3	1.740.130, 46	21/10/2011		120.535,60	10.228,65
Total							120.535,60	10.228,65
Fonte:								

Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

NAO HÁ NESTA UNIDADE JURISDICIONADA IMOVEIS NESTA CARACTERISTICA.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

NAO HÁ NESTA UNIDADE JURISDICIONADA IMOVEIS NESTA CARACTERISTICA.

8.2.4 Análise Crítica:

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
UF 1		
Município 03- CAMPO GRANDE	01	1
Município 05- CAARAPÓ	00	1
Subtotal Brasil	01	02
PAÍS 1		
cidade 1		
cidade 2		
cidade “n”		
PAÍS “n”	0	0
cidade 1		
cidade 2		
cidade “n”		
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	01	02

Fonte: Spiunet

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	x	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

No exercício de 2014 o TCU expediu o Acórdão 2068-15/14-2, referente a Prestação de Contas do exercício de 2008, apontando irregularidades ao Ordenador de Despesas.

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

No AC em comento foram feitas deliberações já executadas pelo Divisão de Administração em exercícios anteriores.

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

No exercício de 2014 não houve deliberações dos Órgãos de Controle a esta Unidade Jurisdicionada, razão do quadro A.11.1.1 não estar preenchido.

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

No exercício não foram feitas recomendações

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Descrição da Recomendação	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Síntese da Providência Adotada	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.

demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	Não há	Não há	Não há
	Entregaram a DBR	Não há	Não há	Não há
	Não cumpriram a obrigação	Não há	Não há	Não há
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	Não há	Não há	Não há
	Entregaram a DBR	Não há	Não há	Não há
	Não cumpriram a obrigação	Não há	Não há	Não há
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	3	5	31
	Entregaram a DBR	3	5	25
	Não cumpriram a obrigação	0	0	6

Fontes

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas		Tomadas de Contas Especiais							
		Não instauradas			Instauradas				
		Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
		Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
					Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
0	CV-1064/1999-Dois Irmãos do Buriti				-	23.714,77	23.714,77	-	COTCE
02	CV-1268/1999-Bodoquena				-	1.516.615,00	-	1.516.615,00	COTCE
03	CV-672/2003-Tacuru				-	219.862,50	-	219.862,50	COTCE
04	CV-217/2004-Itaquiraí			173.257,69					
05	CV-2970/2005-Aral Moreira			174.000,00					
06	CV-2978/2005-Sete Quedas			154.000,00					
07	CV-2758/2006-Amambai				46.417,27- Inicial 63.693,78- Corrigido	-	46.417,27	-	Baixa da/ Concluída
0	CV-0861/2006-Terenos			4.735.944,51					
0	TC-1729/2008-Corguinho-Gov			440.000,00					
1	TC-1950/2008-Amambai-Gov			90.000,00					

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Aristides José Ortiz, CPF nº 048.422.398-40, Superintendente Estadual em exercício, cargo exercido na Superintendência Estadual de FUNASA/MS declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de repasse - SICONV conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande, 30 de março de 2015

Aristides José Ortiz

CPF 048.422.398-40

Superintendente Estadual em exercício FUNASA/MS



12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Para efeito de implementação do disposto nas Resoluções CFC n.º 1.136/08 e 1.137/08, que aprovam as NBC T 16.9 e 16.10, têm-se:

Avaliação de Ativos e Passivos

1. Os elementos do Ativo da FUNASA são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, produção ou construção.

2. Para efeito de avaliação pós-reconhecimento de alguns ativos, há procedimentos previstos nas normas em epígrafe que conflitam com outras normas existentes que norteiam as atividades da instituição, a título de exemplo:

- os créditos administrativos por dano ao patrimônio, que classificam-se como recebíveis, devem ser avaliados quanto ao risco de recebimento, inclusive baixados quando não houver expectativas de liquidez. Este procedimento esbarra no art. 16 da IN/TCU n.º 71/2012, que prejudica a tempestividade do reconhecimento dessas avaliações, uma vez que condiciona à apreciação o TCU as hipóteses de baixa dos créditos a receber;

3. Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição, produção ou construção por ocasião do reconhecimento, que são consumidos na consecução dos serviços afetos à atividade fim da instituição. Deste modo, não são avaliados sob o valor de realização, pois não são mantidos para venda.

4. Os elementos do Ativo Imobilizado são reconhecidos inicialmente pelo custo. Adotou-se o modelo de reavaliação menos a depreciação e a redução ao valor recuperável para mensurações posteriores para imobilizados e intangíveis. No entanto este procedimento está em curso pela empresa contratada LINK DATA INFORMATICA E SERVICOS S/A, contrato número 89/2012.

Depreciação, Amortização e Exaustão

1. Atualmente, estão sendo depreciados os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2010. Os ativos adquiridos em datas anteriores a este período estão em processo de reavaliação, bem como os bens que, mesmo adquiridos após essa data, estão sujeitos a variações constantes no valor justo.

2. O modelo de depreciação adotado é o método das quotas constantes, previsto na alínea "a" do item 14 da NBC T 16.9.

3. Os valores residuais dos bens, assim como seus períodos de vida útil foram definidos com base na tabela constante da Macrofunção n.º 020330 do Manual SIAFI.

4. Os cálculos são realizados no sistema de gestão patrimonial e em data oportuna registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), observando-se o regime de competência para reconhecimento dos decréscimos patrimoniais.

12.3 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) A conformidade contábil é registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI pela Setorial Contábil de Órgão- UG/Gestão 255037/36211, localizada na Presidência do órgão em Brasília, por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Os técnicos lotados na setorial analisam os auditores Contábeis, Balanços Patrimoniais, Orçamentário, Financeiro e Demonstrações Contábeis da unidade jurisdicionada e constatando inconsistências, desequilíbrio e contas a regularizar até o fechamento de cada mês, a Conformidade Contábil é registrada com restrição.

b) Foram registrada 6(seis) ocorrências durante o exercício a Unidade foi alertada por meio de memorandos emitidos pela Setorial Contábil responsável pelo registro da Conformidade Contábil:

RESTRIÇÃO	TÍTULO	SITUAÇÃO
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	Ocorridas de janeiro a abril, maio, setembro a novembro
306	APROPRIACAO DESPESAS FORA PERIODO COMPETENCIA - 21.219.60.01 - Diárias	Ocorridas em janeiro
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT. Ñ. CIR-IMOBIL - 14.212.90.00 - Bens em Processo de Localização	Ocorridas de março a dezembro
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergências em várias contas do grupo 14.212.xx.xx	Ocorridas de janeiro, março a maio, novembro e dezembro
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP. - 19.972.02.00 - Contrato de Serviços	Ocorridas de janeiro, março a dezembro
764	SDO.ALONG/INDEV.CONTAS PASSIVO COMPENSADO - 21.521.01.01 - R P - Processados a Pagar - NE	Ocorridas de fevereiro a abril

c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício:

DEZEMBRO		
RESTRIÇÃO	TÍTULO	SITUAÇÃO
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT. Ñ. CIR-IMOBIL - 14.212.90.00 - Bens em Processo de Localização	Permaneceram pendentes
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Divergências em várias contas do grupo 14.212.xx.xx	
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP. - 19.972.02.00 - Contrato de Serviços	

Análise crítica:

632 - Os bens em processo de localização serão objeto de procedimentos disciplinares.

640 - A divergência ocorreu quando da migração dos dados constantes no sistema ASI para o SIPAT.

Hoje as contas estão regularizadas.

653 - Trata-se de falha na execução do contrato nº 04/2014 firmado com a Sem Limites Comércio e Serviços Ltda, situação está comunicada ao Superintendente Estadual da SUEST.MS, e encontra-se em fase de apuração.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A Funasa esta envidando esforços para a implementação de ações para Apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, bem como não utiliza o sistema de custos do Governo Federal.

12.3 Conformidade Contábil

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Mato Grosso do Sul			255012
Declaro que as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico), previstas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: <u>RESTRIÇÃO</u> <u>TÍTULO</u> 632 SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL 640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB 653 SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.	Data	30/01/2015
Contador Responsável	 Evanice Canfargo Cardoso	CRC-DF nº	4763
Ordenador de Despesas	Assinatura/carimbo  Aristides José Ortiz Substituto Eventual da Superintendência FUNASA/SUEST-MA		

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

12.7 Relatório de Auditoria Independente

A Funasa não faz uso de Auditorias Independentes portanto, "**NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA**"

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

I. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA											
Denominação completa (UJ)			Código da UG								
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Mato Grosso do Sul			255012								
<p>Declaro que as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico), previstas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>RESTRIÇÃO</th> <th>TÍTULO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>632</td> <td>SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL</td> </tr> <tr> <td>640</td> <td>SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB</td> </tr> <tr> <td>653</td> <td>SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</td> </tr> </tbody> </table> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				RESTRIÇÃO	TÍTULO	632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP.
RESTRIÇÃO	TÍTULO										
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL										
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB										
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP.										
Local	Brasília-DF.	Data	30/01/2015								
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC-DF nº	4763								
Ordenador de Despesas	<p>Assinatura/carimbo  Aristides Jose Ortiz Substituto Eventual da Superintendência FUNASA/SUESY-MS</p>										

DECLARAÇÃO

Eu, Aristides José Ortiz, CPF nº 048.422.398-40, Superintendente Estadual em exercício, cargo exercido na Superintendência Estadual da FUNASA/MS declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de repasse - SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande, 30 de março de 2015

Aristides José Ortiz

CPF 048.422.398-40

Superintendente Estadual em exercício FUNASA/MS